

UniEVANGÉLICA CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E AÇÃO
COMUNITÁRIA
MESTRADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS



FAPEG

**SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA DA CIDADE DE GOIÁS:
EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES DOS EMPREENDEDORES E
GESTORES TURÍSTICOS LOCAIS**

ANA BEATRIZ TEIXEIRA

Anápolis

2011

ANA BEATRIZ TEIXEIRA

**SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA DA CIDADE DE GOIÁS:
EXPECTATIVAS E PERCEPÇÕES DOS EMPREENDEDORES E
GESTORES TURÍSTICOS LOCAIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Ação Comunitária da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

Anápolis

2011

T262

TEIXEIRA, Ana Beatriz.

Sustentabilidade turística da Cidade de Goiás: expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos locais / Ana Beatriz Teixeira. Anápolis : Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2011. 108p. il.

Orientador: Dr. Sandro Dutra e Silva.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2011.

1.Cidade de Goiás 2. Patrimônio Cultural 3. Desenvolvimento Turístico sustentável 4. Expectativas dos empreendedores turísticos.
I. Silva, Sandro Dutra. II. Título.

CDU 504

Catálogo na Fonte
Elaborado por Hellen Lisboa de Souza CRB1/1570

ANA BEATRIZ TEIXEIRA

SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA DA CIDADE DE GOIÁS:
expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos locais

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro Universitário de Anápolis, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva (Orientador) - UniEVANGÉLICA

Prof. Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto – PUC Goiás

Prof. Dra. Genilda Darc Bernardes – UniEVANGÉLICA

Prof. Dra. Giovana Galvão Tavares – UniEVANGÉLICA
(Suplente)

À minha família, razão das minhas buscas mais significativas.
A todos aqueles que se dispuseram a dialogar comigo na cidade de Goiás, empreendedores e gestores, sem os quais esta pesquisa não se realizaria.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Sandro Dutra e Silva pela dedicação, paciência e competência na orientação desta pesquisa.

Aos professores do Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, que nos transmitiram tanta sabedoria e experiências, como escreveu Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

À Professora Dra. Genilda Darc Bernardes, exemplo de dedicação à pesquisa, minha eterna admiração.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela bolsa de formação concedida.

À secretária do mestrado, Eunice Barbosa, pela atenção e presteza no atendimento a essa pesquisadora.

À minha família que sempre me acompanhou e esteve presente em todos os momentos da minha vida, pelo empenho e dedicação para que eu pudesse realizar mais este sonho.

Ao meu filho Walter de Britto Vidal Sobrinho, pela compreensão nos períodos em que estive ausente.

Ao meu esposo, Edson Fernandes, pelos conselhos e colaboração nos momentos mais difíceis.

Aos meus alunos Maria de Fátima Rodrigues e Luiz de Oliveira Marques, que se prontificaram a desvendar as imagens e mapas disponibilizados neste trabalho.

Aos amigos, pelo apoio incondicional.

A todos, minha eterna gratidão.

"O homem é parte da natureza e sua guerra contra a natureza é inevitavelmente uma guerra contra si mesmo... temos pela frente um desafio como nunca a humanidade teve, de provar nossa maturidade e nosso domínio, não da natureza, mas de nós mesmos". Rachel Carson

RESUMO

Este trabalho aborda a cidade de Goiás que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 2001. Desde então vem atraindo turistas para a cidade, que buscam conhecer o patrimônio cultural e ambiental existentes. A população e, sobretudo, os empreendedores turísticos e gestores públicos discutem os impactos e as interferências que vem acontecendo na localidade. Diante dessa abordagem, esta pesquisa busca responder a questão central da pesquisa: Quais são as expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos da cidade de Goiás, após o recebimento do título que qualifica a presença de um patrimônio histórico preservado? Sob um prisma multidisciplinar, para enriquecer esta pesquisa, buscou-se como suporte teórico-metodológico os seguintes autores: Funari, Coelho, Fonseca, Irllys Barreira, Esperança, Bazin, Choay, Palacin, Bertran, Camargo, Sachs, Bellen, Leff, Lima; Gomez; Castillo, Urry, Beni, Funari, Pinsky, Pires, entre outros. A pesquisa resultou de levantamentos bibliográficos e do trabalho de campo, envolvendo observações diretas e visitas regulares à área de estudo e aplicação de questionários e entrevistas. Envolveu, ainda, busca, seleção e aplicação de metodologia, no caso a Escala de Likert, que pudesse contribuir para analisar uma situação original quanto a sustentabilidade do turismo em razão de um título mundial, como é o caso da cidade de Goiás. A parte referente às expectativas dos empreendedores turísticos e gestores públicos revelou alguns aspectos interessantes, alguns óbvios e outros pouco conhecidos, que podem contribuir para subsidiar ações públicas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade de Goiás; patrimônio cultural; desenvolvimento turístico sustentável; expectativas dos empreendedores turísticos;

ABSTRACT

This report discusses the city of Goiás, which received the title of World Cultural Heritage Site in 2001. Since then, tourists have been attracted to the city, seeking to discover the existing cultural and environmental patrimonies of the city. The population, and above all, the touristic entrepreneurs and public directors, discuss the impacts and the interferences that have been occurring in the local area. This research seeks to answer the central question of the research: what are the expectations and the perceptions of the touristic entrepreneurs and directors in the city of Goiás, after the city received the title that qualifies the presence of a preserved historical patrimony? To enrich this research, a multi-disciplinary approach was used, in which support was drawn from the following authors: Funari, Coelho, Fonseca, Irlys Barreira, Esperança, Bazin, Choay, Palacin, Bertran, Camargo, Sachs, Bellen, Leff, Lima; Gomez; Castillo, Urry, Beni, Funari; and Pinsky, Pires, among others. The research resulted from bibliographic surveys and from field work, involving direct observations and regular visits to the area of study, and the implementation of questionnaires and interviews. It involved as well the search for, the selection of, and the application of a methodology, in the case of the Likert Scale, that could contribute to the analysis of an original situation regarding the sustainability of tourism in light of a world-title, which is the case for the city of Goiás. The section referring to the expectations of the touristic entrepreneurs and public directors revealed some interesting aspects, some of these obvious ones and others more obscure, which can contribute to subsidize local public action.

KEY WORDS: City of Goiás; cultural heritage; sustainable touristic development; expectations of touristic entrepreneurs.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Investimentos na Economia Local	84
GRÁFICO 2 – Oportunidades de Empregos e Negócios	84
GRÁFICO 3 – Respeito ao Meio Ambiente	85
GRÁFICO 4 – Melhoria da Qualidade do Meio Ambiente	85
GRÁFICO 5 – Lixo Polui Águas e Lugares	85
GRÁFICO 6 – Aumento do Barulho na Cidade	85
GRÁFICO 7 – Infraestrutura Básica	86
GRÁFICO 8 – Coleta de Lixo Frequente	86
GRÁFICO 9 – Responsabilidade do Governo Municipal	86
GRÁFICO 10 – Responsabilidade do Empresariado	86
GRÁFICO 11 – Responsabilidade da Comunidade	87
GRÁFICO 12 – Responsabilidade dos Organismos Internacionais	87
GRÁFICO 13 – Assaltos, Roubos e Crimes em Geral	88
GRÁFICO 14 – Comunidade Deve Atender Bem o Turista	88
GRÁFICO 15 – Comunidade Deve Zelar Pelos Atrativos	88
GRÁFICO 16 – Capacitação da Mão de Obra	89
GRÁFICO 17 - Empresariado Deve Respeitar o Turista	89
GRÁFICO 18 – Conservação do Patrimônio	89
GRÁFICO 19 – Não Há Sinalização Turística	90
GRÁFICO 20 – Postos de Informações Turísticas	90
GRÁFICO 21 – Reclamações dos Horários dos Museus	90
GRÁFICO 22 – Turista Bem-vindo à Cidade	90
GRÁFICO 23 – Influência dos Turistas no Modo de Vida das Pessoas	91
GRÁFICO 24 – Município Preparado para Receber Turistas	92
GRÁFICO 25 – Turistas Incomodam Moradores	92
GRÁFICO 26 – Turista Ajuda a Melhorar a Cidade	92

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Áreas de Tombamentos e do Entorno	36
FIGURA 2 – Pontos Turísticos da Cidade de Goiás	37
FIGURA 3 – Mapa da Hidrografia do Município de Goiás	38
FIGURA 4 – Malha Viária de Acesso à Cidade de Goiás	46
FIGURA 5 – Catedral de Santana	69
FIGURA 6 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário	69
FIGURA 7 – Quartel	70
FIGURA 8 – Casa de Fundação	70
FIGURA 9 – Museu e Palácio Conde dos Arcos	71
FIGURA 10 – Igreja São Francisco de Paula	71
FIGURA 11 – Museu das Bandeiras	72
FIGURA 12 – Chafariz da Cauda da Boa Morte	72
FIGURA 13 – Museu de Arte Sacra da Boa Morte	73
FIGURA 14 – Ermida de Santa Bárbara	73
FIGURA 15 – Igreja Nossa Senhora do Carmo	74
FIGURA 16 – Igreja Nossa Senhora D`Abadia	74
FIGURA 17 – Cruz do Anhanguera	75
FIGURA 18 – Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara	76
FIGURA 19 – Liceu de Goiás	76
FIGURA 20 – Teatro São Joaquim	77
FIGURA 21 – Mercado Municipal	77
FIGURA 22 – Cemitério São Miguel	77

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – Sistema Rodoviário	45
QUADRO 2 – Malha Viária e Distância de Goiânia e Municípios Vizinhos	46
QUADRO 3 – Meio Ambiente	85
QUADRO 4 – Responsabilidades	87
QUADRO 5 – Participação dos Turistas	91
QUADRO 6 – Atendimento aos Turistas	92
TABELA 1 – Efeitos Positivos e Negativos	93

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGEPEL - Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira

AGETOP – Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas

AGETUR – Agência Goiana de Turismo

APA – Área de Proteção Ambiental

BOH – Boletim de Ocupação Hoteleira

CAT – Centro de Atendimento ao Turista

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

FICA – Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental

FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional

IPTUR – Instituto de Pesquisas Turísticas

MTUR – Ministério do Turismo

OVAT - Organização Vilaboense de Artes e Tradições

PNT – Plano Nacional de Turismo

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMARH – Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEPIN – Superintendência de Pesquisa e Informação

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Goiás

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional

UICN - International Union for Conservation of Nature

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WCED – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: AS CHAVES DA CIDADE...	15
CAPÍTULO 1. INTERDISCIPLINARIDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	21
1.1 Desenvolvimento Sustentável	24
1.2 Sustentabilidade Turística	31
1.3 Preservação ou Conservação do Patrimônio Cultural e Ambiental	34
1.4 O Patrimônio e a Prática do Turismo em Goiás	39
1.5 Festival Internacional do Cinema Ambiental	41
CAPÍTULO 2. CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÔNIO E BASES ECONÔMICAS	45
2.1 Origem e Ocupação de Goiás	51
2.2 Políticas Públicas de Turismo	58
2.3 Patrimônio Cultural como Atrativo Turístico	61
2.4. Aspectos Históricos do Patrimônio	68
CAPÍTULO 3 – A SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS EMPREENDEDORES E GESTORES TURÍSTICOS	80
3.1 Metodologia	80
3.2 Análises dos Resultados	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICES	104
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO: AS CHAVES DA CIDADE...

O interesse em estudar a temática relacionada à sustentabilidade turística da cidade de Goiás iniciou-se em 1998 quando eu fui a esta cidade, convidada por uma instituição de ensino, para ministrar cursos de capacitação relacionados à área de turismo. Na ocasião, ocorreu um incidente que muito chamou a atenção: no primeiro dia de aula, adentrou-se a sala uma pessoa que se dizia figura representativa da cidade pedindo explicações sobre aquele curso e quem tinha autorizado a realização do mesmo.

Segundo esta mesma pessoa, ninguém havia pedido autorização, pois “as chaves da cidade pertenciam a ela, que era autoridade em turismo e patrimônio”. Essas palavras ecoaram e causaram inquietações até 1999, quando ingressei em um programa de mestrado buscando pesquisar a candidatura da Cidade de Goiás ao título de Patrimônio da Humanidade concedido pela UNESCO e entender a percepção da comunidade em relação ao turismo.

Em outra ocasião, quando eu acompanhava uma equipe do programa Cartão Postal, que veiculava na Televisão Anhanguera e que pretendia fazer filmagens de um museu e de igrejas de Goiás, outro inconveniente aconteceu: encontramos o museu e igrejas fechadas em horários que deveriam estar funcionando. Procuramos os responsáveis e nos deparamos com a seguinte realidade: a mesma senhora que na oportunidade havia sido intransigente, seria a responsável pelas igrejas e a diretora do museu que se encontravam fechados. O mais intrigante era o fato dessa senhora guardar as chaves de parte do patrimônio e somente ela tinha o poder de abrir as portas desses patrimônios.

Após esses episódios, várias indagações foram feitas por mim que neste programa de mestrado pretendi pesquisar e entender as expectativas dos empreendedores e gestores turísticos locais após o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

A cidade de Goiás, antiga Vila Boa, localizada a 335 quilômetros de Brasília e a 135 quilômetros de Goiânia, recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 2001. Desde então vem atraindo turistas para a cidade, que buscam conhecer o patrimônio cultural e ambiental existentes. A população e, sobretudo, os empreendedores turísticos locais discutem os impactos e as interferências que vem acontecendo na localidade? Esta é

a questão central da pesquisa: Quais são as expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos da cidade de Goiás, após o recebimento do título que qualifica a presença de um patrimônio histórico preservado?

A escolha do tema justifica-se pela singular oportunidade de se estudar uma cidade e as expectativas de um segmento da população, quanto ao desenvolvimento turístico após o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Entende-se que, para este estudo, expectativas se referem ao que se espera que aconteça em relação a uma determinada situação e que atitudes expressam reações negativas ou positivas a respeito, por exemplo, de determinados fatos. No caso da Cidade de Goiás, existe um título de Patrimônio Cultural da Humanidade, um aumento do fluxo de turistas e a consequente visitação ao patrimônio cultural e ambiental. Dessa maneira, pretende-se levantar as expectativas dos empreendedores turísticos locais, face ao aumento da demanda turística e dos prováveis impactos causados por esse fluxo de turistas e, ainda, discutir o desenvolvimento turístico sustentável de maneira a contribuir para subsidiar ações públicas locais.

Alguns problemas específicos são levantados:

1) De que forma as políticas públicas e os planos acerca da sustentabilidade ambiental e cultural impactam na atividade turística local e nos projetos de preservação do patrimônio ambiental e cultural na cidade de Goiás?

2) As políticas públicas estimulam o desenvolvimento e implantação de infraestrutura turística de maneira a assegurar o patrimônio cultural e natural da cidade de Goiás?

3) Os empreendedores turísticos locais se percebem responsáveis pelo desenvolvimento do turismo sustentável e estão comprometidos em proteger a sociedade e a cultura locais?

Ressalta-se, ainda, que foram considerados empreendedores turísticos, os empresários que estão diretamente envolvidos com a atividade turística no centro histórico, da cidade, no que se refere à hospedagem, agenciamento, eventos, bares e restaurantes e lojas de artesanato. E os gestores turísticos são aqueles que diretamente estão envolvidos com a gestão pública e o desenvolvimento turístico local.

Diante desse contexto, trabalhou-se, inicialmente, com o conjunto de hipóteses citadas a seguir, cuja pesquisa buscou verificar: o poder público não se atentou para os impactos causados pelo fluxo de turista; as políticas públicas no turismo, delineadas no Plano Nacional do Turismo, ainda não foram implementadas no município, causando a exclusão da cidade, que é Patrimônio Cultural da Humanidade, da lista de municípios indutores do Ministério do Turismo; a cidade está se organizando e preparando-se para receber turistas e garantir o desenvolvimento turístico sustentável; os empreendedores e gestores turísticos locais possuem expectativas acerca da sustentabilidade turística de Goiás.

O objetivo deste trabalho foi conhecer as expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos locais, tendo em vista as políticas públicas do turismo nacional, estadual e municipal e a implementação de um turismo sustentável e de valorização do patrimônio cultural e ambiental da cidade de Goiás. Para isso, foi necessário levantar literaturas gerais e específicas sobre o tema e analisar documentos; analisar as políticas públicas nacionais de turismo; identificar o patrimônio cultural da Cidade de Goiás; verificar o nível de satisfação e entendimento dos empreendedores e gestores turísticos locais, quase dez anos do recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Para entender as questões que permeiam este trabalho foram identificados quatro eixos temáticos para respaldarem a fundamentação teórica: patrimônio e bases econômicas; origem e ocupação da Cidade de Goiás; patrimônio cultural como atrativo turístico e sustentabilidade turística.

Para discutir a questão do patrimônio; buscou-se referenciar autores como Funari (2001), Coelho (1999), Fonseca (1997), Irllys Barreira (2003), Esperança (1999), Bazin (1983), Choay (1999), entre outros. De maneira a resgatar a história da Cidade de Goiás, buscou-se respaldo nos conhecimentos de Palacin (1976), Bertran (1997), Camargo (2002) e outros. O item sustentabilidade foi respaldado pelas teorias de Sachs (2008; 2009), Bellen (2006), Leff (2008), que muito contribuíram para que eu entendesse a relação homem, natureza, meio ambiente e desenvolvimento. Na discussão do turismo, autores como Lima; Gomez; Castillo (2008), Urry (1996), Beni (1998), Funari; Pinsky (2001), Pires (1999) foram muito importantes.

A pesquisa resultou, sobretudo, de levantamentos bibliográficos e do trabalho de campo, envolvendo observações diretas e visitas regulares à área de estudo no período de dois anos, e aplicação de questionários e entrevistas. Envolveu, ainda, busca, seleção e aplicação de metodologias que pudessem contribuir para analisar uma situação original quanto a sustentabilidade do turismo em razão de um título mundial, como é o caso da Cidade de Goiás. Buscou-se, ainda, elaborar entrevista semi-estruturada para abordar os gestores públicos da área de turismo. Após muitos e insistentes contatos com a Secretaria de Cultura, Turismo e Trânsito, realizados por meio eletrônico, telefones e visitas, não se obteve sucesso em entrevistar a Secretária. Em nível estadual, a Sra. Flávia Rabelo, Diretora do Instituto de Pesquisas Turísticas da Goiás Turismo se disponibilizou prontamente a responder aos questionamentos. O Diretor do Museu e Palácio Conde dos Arcos, Sr. José Filho Costa Pereira Amâncio, também contribuiu com muitas informações relevantes para esta pesquisa. Como fontes suplementares, foram utilizadas fotografias, pesquisas em jornais e revistas, e informações divulgadas na *internet*. Com a intenção de buscar mais informações sobre o FICA, fez-se contatos por meio eletrônico e por telefone com a Sra. Izabela Carvalho, sócia-proprietária da QI Empresarial e Soluções Autossustentáveis.

O trabalho de campo foi fundamental, ainda, para o levantamento das expectativas. Entende-se, para este estudo, que expectativas se referem ao que se espera que aconteça em uma determinada situação e que atitudes expressam reações negativas e positivas a respeito, por exemplo, de determinados fatos. No caso da cidade de Goiás existe uma situação criada com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e existem empreendedores que vem se manifestando sobre esse fato. Para compreender essa questão, foi preciso recorrer a um procedimento de análise que pudesse oferecer o necessário apoio metodológico.

Para conhecer as expectativas dos empreendedores turísticos locais foi adotada a Escala Likert para medir atitudes, conforme exposto em Richardson (1999), método que vem sendo muito utilizado em pesquisas recentes de turismo. O trabalho de Tomljenovic e Faulkner (2000) também ofereceu subsídios para a compreensão dos procedimentos e para a aplicação dos questionários.

Inicialmente, foram elaborados itens correlacionados com as expectativas dos empreendedores locais, a partir da literatura específica de turismo. Os temas abrangentes, diluídos no conjunto das questões propostas, correspondem aos seguintes: patrimônio cultural, oportunidade de empregos e renda, meio ambiente e infraestrutura, atribuição de responsabilidades quanto ao turismo, sinalização turística e atitudes dos turistas. Os questionários foram aplicados a 21 empreendedores turísticos que atuam no centro histórico em hotéis e pousadas, restaurantes e similares, lojas de artesanato, agência de turismo, empresas organizadoras de eventos.

Esta pesquisa encontrou algumas dificuldades, principalmente com relação à metodologia adotada. A maior dificuldade foi, sem dúvida, a elaboração final da Escala de Likert que prevê, conforme Richardson (1999), a atribuição de pontos segundo categorias estipuladas. Numa escala Likert, as pessoas marcam cada item expresso nas seguintes categorias: MA – muito de acordo, A – acordo, I – indeciso, D – desacordo, MD – muito desacordo. Se a pessoa marca MA em um item positivo recebe um total de 5 pontos. A pontuação de cada pessoa se obtém somando-se os valores de cada um. Verificou-se, porém, que nenhum dos autores consultados mostra, exatamente, como chegar ao final da pesquisa a partir dos pontos de cada pessoa. Assim, fez-se uma adaptação da Escala de Likert, no que se refere à parte final, chegando-se apenas na identificação dos pontos positivos e negativos. Estes, após analisados, mostraram expectativas dos empreendedores que aparecem relatadas no item pertinente.

Quanto à estrutura, o trabalho foi desenvolvido em três capítulos principais, assim estruturados:

O primeiro capítulo discute, por meio do referencial teórico pesquisado, o saber ambiental, o desenvolvimento sustentável e sustentabilidade turística, preservação ou conservação do patrimônio cultural e ambiental, patrimônio e o turismo em Goiás, e o Festival Internacional do Cinema Ambiental. Essa base conceitual norteou o trabalho, permitindo fazer a relação entre o desenvolvimento sustentável do turismo e a prática de preservação do patrimônio existente na cidade de Goiás.

O segundo capítulo aborda a Cidade de Goiás, seu patrimônio e suas bases econômicas, discutindo a origem e ocupação de Goiás, as políticas públicas de turismo, o patrimônio cultural como atrativo e os aspectos históricos do patrimônio. Neste capítulo,

discutiram-se as políticas públicas como diretrizes para a atividade turística e a preservação do patrimônio.

No terceiro capítulo, apresenta-se, detalhadamente, a metodologia utilizada para a realização deste trabalho e, ainda, as análises e interpretações dos dados coletados através da pesquisa de campo realizada com os empreendedores e gestores turísticos de Goiás da qual se conheceu as expectativas e percepções de uma parcela da população após o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Por fim, apresentam-se, a partir da associação entre a bibliografia estudada e os dados coletados, analisados e interpretados, as considerações finais acerca do problema da sustentabilidade turística da Cidade de Goiás.

Dessa maneira, poder-se-á discutir o tema, considerando a linha de pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente, entendendo as percepções de um grupo da sociedade que poderá contribuir e oferecer subsídios para ações públicas no que se refere ao desenvolvimento turístico e a preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade em questão.

CAPÍTULO 1. INTERDISCIPLINARIDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, pretende-se abordar o saber ambiental buscando associar de forma interdisciplinar os diferentes conceitos. Serão discutidos, ainda, o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade turística, a preservação ou conservação do patrimônio cultural e ambiental, além do patrimônio e a prática do turismo na Cidade de Goiás.

O trabalho conceitual tornou-se importante para nortear a reflexão sobre desenvolvimento sustentável, turismo e patrimônio, buscando estabelecer a discussão entre os mesmos a partir de perspectivas e novos paradigmas.

Leff (2007) afirma que o ambiente é um objeto científico e interdisciplinar. Ressalta que o saber ambiental surge como um campo de problematização do conhecimento que induz um processo desigual de “internalização” de princípios, valores e saberes “ambientais” no paradigma tradicional das ciências. Entretanto, esta orientação interdisciplinar referente a objetivos ambientais não autoriza a constituição de um novo objeto científico como domínio das relações sociedade-natureza. O autor considera um equívoco conceber o saber ambiental como homogêneo, já que a sua construção se dá por meio de um constante intercâmbio interdisciplinar, procurando integrar processos naturais e sociais diferenciados, matérias e racionalidades distintas.

Leff (2007, p. 65) faz uma crítica às ideologias teóricas geradas pela ecologia generalizada e um pragmatismo funcionalista que desconhecem o processo histórico e as estratégias do poder no que se refere ao saber ambiental. Aponta que a estratégia em torno do saber ambiental combate os efeitos ideológicos do reducionismo ecologista e do funcionalismo sistêmico.

A proposta de Leff pode ser considerada uma alternativa para a humanidade, uma forma de chamar a atenção, pois o paradigma predominante da modernidade tem levado ao colapso da natureza e, conseqüentemente, da própria humanidade, já que o modo de vida atual está tão profundamente arraigado nos modos de produção capitalista.

O autor ressalta que deve-se pensar o homem como indivíduo e as formações sociais como populações biológicas inseridas no processo evolutivo dos ecossistemas;

deve-se metodologizar a ecologia como disciplina das interrelações; aponta a Teoria Geral dos Sistemas para uniformizar os níveis ontológicos do real; enfatiza que deve-se legitimar a produção de conhecimento por meio do critério da eficácia e eficiência na integração de um sistema científico-tecnológico; ratifica que deve-se confundir as condições teóricas para a produção de conhecimentos interdisciplinares sobre os processos materiais que confluem em sistemas socioambientais; e, finalmente, aponta que deve-se reduzir o estudo das determinações estruturais e dos sistemas de organização de diferentes ordens de materialidade do real.

E, ainda, propõe uma nova racionalidade nestas relações do homem com a natureza e apresenta a idéia de racionalidade como sendo uma teoria em construção. Essa racionalidade fundada em novos valores, identidades culturais, aportes críticos do conhecimento e na ética da sustentabilidade implica tanto na superação entre os abismos historicamente instituídos entre as ciências do homem e a ciências da vida, quanto na valorização e a incorporação de saberes seculares ou milenares integrados aos ambientes históricos das chamadas sociedades tradicionais.

Para Leff (2007), o problema da articulação das ciências não permite por si só unificar toda a realidade num único conhecimento, uma vez que o concreto só é analisável a partir da especificidade de cada uma das ciências legitimamente constituídas. O autor (2007, p.69) ressalta que:

A problemática ambiental induz assim um processo contraditório de avanço/retrocesso do saber para apreender os processos materiais que plasmam o campo das relações sociedade-natureza; daí surgem obstáculos e estímulos para a produção de conhecimentos pelo efeito de interesses sociais opostos, abrindo possibilidades alternativas para a reorganização produtiva da sociedade e aproveitamento dos recursos.

Leff busca orientar sua discussão sobre as bases de uma teoria da ciência que seja capaz de distinguir níveis diferenciados de articulações teóricas e de relações reais entre sujeitos históricos, suas práticas sociais e suas visões de mundo. Natureza e sociedade, mais do que conceitos, são duas categorias genéricas, apropriáveis de diversas maneiras e transversais aos múltiplos conceitos científicos. O autor enfatiza que para poder implementar políticas ambientais eficazes é necessário conhecer os efeitos dos processos econômicos atuais sobre a dinâmica dos ecossistemas.

Por meio da integração de campos muito diversos do conhecimento e de saberes surge, teoricamente, uma problemática ambiental. Emerge, então, a necessidade de elaborar estratégias conceituais para viabilizar outra concepção de racionalidade ambiental, e de explorar teoricamente a relação sociedade-natureza.

Para Leff (2007), os propósitos da sustentabilidade implicam na reconstrução do mundo a partir dos diversos projetos civilizatórios que são sedimentados na história.. A questão ambiental questiona a possibilidade de alcançar a sustentabilidade dentro da racionalidade social fundada no cálculo econômico, na formalização, controle e uniformização dos comportamentos sociais e na eficiência de seus meios tecnológicos.

Leff ressalta a necessidade de um processo educativo que fomenta a capacidade de produção de conceitos a partir de suas significações, considerando a aprendizagem como processo e uma aproximação subjetiva de saberes. Os tantos conceitos são diferentes e se combinam para compor e criar múltiplas realidades. Ressalta que a falta de bases epistemológicas sólidas para pensar condições de articulação das ciências e dos processos transdisciplinares gerou uma demanda de unificação terminológica na temática ambiental.

Para Leff (2007, p. 87):

O conceito de racionalidade ambiental sustenta-se nas transformações do conhecimento que induz a problemática ambiental sobre um conjunto de paradigmas científicos, mobilizando, articulando um conjunto de saberes técnicos e práticos, associados ao reconhecimento e formas de uso dos recursos naturais.

Assim, é possível construir um paradigma fundado na produtividade ecotecnológica que emerge da articulação da produtividade ecológica, tecnológica e cultural no manejo dos recursos produtivos.

A perspectiva da complexidade se justifica pela premissa que compreende as questões ambientais como inerentemente interdisciplinares e multidimensionais, não sendo possível abordá-las adequadamente por olhares disciplinares e reducionistas. Parte da constatação de que a modernidade avançada tem produzido e colocado, para a sociedade, uma qualidade nova de problemas decorrentes da própria reflexividade do conhecimento e/ou do avanço tecnológico que os saberes especializados e fragmentados não conseguem abarcar.

A estratégia epistemológica das ciências estabelece a possibilidade de articulação de suas teorias, conceitos e temáticas para a construção da racionalidade ambiental. A epistemologia ambiental dialoga entre os saberes e as estratégias de apropriação do conhecimento e do saber das comunidades. Dessa maneira, pretende-se, a seguir, discutir o desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável, o patrimônio e a prática do turismo na Cidade de Goiás.

1.1 Desenvolvimento Sustentável

Vários autores apontam o desenvolvimento sustentável por meio das perspectivas econômicas (alocação e distribuição dos recursos econômicos), sociais (bem-estar humano), ambientais (capacidade de utilização e posterior monitoramento da deterioração), geográfica e cultural (melhor distribuição da ocupação humana na Terra, com a manutenção da identidade cultural das populações rural e urbana).

Sachs (2009, p. 29) afirma que “desenvolvimento é por essência um conceito dinâmico, e as instituições para o desenvolvimento são também conceitos dinâmicos, evolutivos. E é dentro desse movimento que se deve definir estratégias”. A partir disso, no que se refere ao desenvolvimento, Sachs (2008, p. 62) ressalta que:

Não é possível construir uma estratégia de desenvolvimento agregando iniciativas locais de desenvolvimento, no mínimo porque estas iniciativas devem ser harmonizadas, na busca de arranjos colaborativos e sinergias, para evitar duplicações antieconômicas. O planejamento é um processo interativo que inclui procedimentos de baixo para cima e de cima para baixo dentro do marco de um projeto nacional a longo prazo.

Ainda para Sachs (2008, p. 11), deve existir a harmonização de metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de planejamento estratégico e do gerenciamento da economia e da sociedade, buscando equilíbrio entre as diferentes sustentabilidades social, ambiental, ecológica, cultural, territorial, política e econômica, conforme será discutido no próximo item.

Para Leff (2008, p.15), “o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade”. E, de acordo com Van Bellen (2002, p. 9), a sustentabilidade é “uma nova

maneira da sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir a sua própria continuidade e a de seu meio externo”.

Enquanto Van Bellen afirma que a sustentabilidade é um desafio que reorienta o processo na modernidade, de forma que a sociedade possa se posicionar buscando o equilíbrio nas suas interrelações, garantindo a sua sobrevivência atual e de gerações futuras, Sachs ressalta a importância do planejamento estratégico por meio de arranjos colaborativos e dinâmicos.

Para Guimarães (2001, p. 52), “a sustentabilidade de uma comunidade depende das interrelações entre a população, a organização social, o entorno, tecnologia e aspirações sociais”, itens apresentados pelo autor através da Equação POETA. Segundo o autor, nessa equação, vários itens devem ser levantados, conforme explicitado a seguir:

- População (o tamanho, a composição e dinâmica demográfica);
- Organização social (padrões de produção e de resolução de conflitos e estratificação social);
- Entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais);
- Tecnologia (a inovação, o progresso técnico e o uso de energia);
- Aspirações sociais (padrões de consumo, valores, culturas). (GUIMARÃES, 2001).

Entende-se que essa discussão da sustentabilidade aparece como condição para a sobrevivência humana e como um critério para reorientar um desenvolvimento duradouro, de maneira a satisfazer as necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida da população. Proporciona, ainda, pensar o ambiente de forma a construir um novo paradigma produtivo que integre natureza e cultura.

O termo desenvolvimento sempre foi entendido como sinônimo de crescimento econômico. Nos anos 60, tornava-se claro que o crescimento não era garantia de qualidade de vida, uma vez que produzia graves consequências no ambiente, como poluição, degradação e esgotamento dos recursos. A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento no planeta se remete a essa época, quando começaram as discussões sobre o modelo de consumo adotado, os efeitos negativos da acumulação, do desperdício e os riscos da degradação do meio ambiente. Em 1971, um grupo de

especialistas se reuniu na Suíça para discutir sobre o fato de que as estratégias de desenvolvimento e atividades econômicas dos países desenvolvidos estavam danificando a biosfera.

A noção moderna de desenvolvimento sustentável teve sua origem quando as Nações Unidas convocaram uma reunião em Estocolmo (1972), Suécia, que foi a primeira conferência internacional formal para se discutir a questão do desenvolvimento e meio ambiente. A Declaração de Estocolmo conclamava a humanidade para a necessidade de aumentar o número de trabalhos educativos voltados às questões ambientais.

Ainda em 1972, o Clube de Roma, um grupo de cientistas e economistas europeus, lançou um relatório chamado "Limites para o Crescimento", onde sugeriam que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o mundo em breve entraria em colapso ecológico porque a interferência humana no meio ambiente havia alcançado seu limite. Entretanto, os problemas ambientais decorrentes do desenvolvimento aumentavam em escala assustadora, tornando-se um problema global.

Leff (2008) afirma que a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas que proporcionaram e ratificaram o crescimento econômico, negando a natureza. Muitos questionamentos refletiram em 1983, quando as Nações Unidas formaram uma comissão para discutir o assunto. Durante três anos, a Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED), conhecida como Comissão Brundtland, estudou e discutiu o problema. A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio do Relatório Brundtland (1987) apontou que o desenvolvimento sustentável é aquele “que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”. Este documento afirmava que os seres humanos constituem o centro e a razão de ser do processo de desenvolvimento ambiental, social, cultural e político.

O Relatório Brundtland enfatizou que "um processo de transformação, no qual a exploração de recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas". Em seu relatório final "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, a comissão ressaltou que as estratégias de desenvolvimento

em todos os países deveriam reconhecer os limites de regeneração dos ecossistemas e enfatizou a erradicação da pobreza como requisito fundamental, uma vez que as diferenças sociais muitas vezes implicam a falta de opção em relação ao uso não sustentável dos recursos em nome da sobrevivência.

Guimarães (2001, p. 45) aponta o desenvolvimento sustentável como uma encenação da modernidade e do meio ambiente, pois “não são poucos os analistas que, ao abordar esses fenômenos como um processo e não como um conjunto de vetores específicos, vêm a globalização a partir da perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento”.

Percebe-se que o desenvolvimento sustentável assume importância no mesmo momento que os centros de poder mundial declaram a falência do Estado como propulsor do desenvolvimento. A questão social e econômica dos países em desenvolvimento estava contribuindo para essa degradação. Entende-se que tanto o excesso de riqueza quanto o excesso de pobreza podiam colaborar para a destruição do meio ambiente.

Potencializando a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente, no Rio de Janeiro - ECO 92. A Conferência foi muito além da discussão conceitual, assumindo compromissos concretos e ampliando a compreensão sobre um mundo livre de antagonismo ideológico.

Os compromissos específicos assumidos na Conferência ECO-92 incluem duas convenções, uma sobre Mudança do Clima e outra sobre Biodiversidade, e também uma Declaração sobre Florestas. A Conferência aprovou documentos de objetivos mais abrangentes e de natureza mais política: a Declaração do Rio e a Agenda 21.

Ambos os documentos ratificam o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, que combinam as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica. A Agenda 21 é um conjunto das ações e programas negociados pelos representantes de mais de 170 países participantes da ECO 92. É um acordo político sem a obrigação jurídica de ser cumprido por quem o assinou.

Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o crescimento econômico é fundamentalmente necessário para melhorar a qualidade de vida. Quando uma atividade é classificada como sustentável, esta afirmação se baseia na análise do seu desenvolvimento

em um determinado momento. Não há uma garantia de sustentabilidade a longo prazo porque os fatores que a condicionam são muitos. Portanto, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudanças em que as alterações na utilização dos recursos, gestão dos investimentos, orientação do desenvolvimento em nível institucional são coerentes com as necessidades futuras e presentes.

Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

O desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades. Se os números aumentarem, pode aumentar a pressão sobre os recursos e o padrão de vida se elevará mais devagar nas áreas onde existe privação. A questão não é apenas o tamanho da população, mas também a distribuição dos recursos. Portanto, o desenvolvimento sustentável somente poderá ser buscado se a evolução demográfica se harmonizar com o potencial produtivo cambiante do ecossistema, pois o desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.

O crescimento e o desenvolvimento econômicos produzem mudanças no ecossistema físico. Em geral, não é preciso esgotar os recursos renováveis, como florestas e peixes, desde que sejam usados dentro dos limites de regeneração e crescimento natural. Mas a maioria dos recursos renováveis é parte de um ecossistema complexo e interligado e, uma vez levados em conta os efeitos da exploração sobre todo o sistema, é preciso definir a produtividade máxima sustentável. O desenvolvimento sustentável exige que o índice de destruição dos recursos não-renováveis mantenha o máximo de opções futuras possíveis.

O desenvolvimento tende a simplificar os ecossistemas e a reduzir a diversidade das espécies que neles vivem. E as espécies, uma vez extintas, não se renovam. A extinção de espécies vegetais e animais podem limitar muito as opções das gerações futuras. Por isso, o desenvolvimento sustentável requer a conservação das espécies vegetais e animais. Para haver um desenvolvimento sustentável, é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água, e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do sistema.

A idéia de desenvolvimento sustentável, ou melhor, da construção de uma sociedade sustentável se transformou num sério desafio para o mundo de maneira global. Para Leff (2008, p.30), “a sustentabilidade surge do limite de um mundo levado pela busca de uma unidade da diversidade submetida ao jugo da idéia absoluta da racionalidade tecnológica e da globalização do mercado”.

O conceito de sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural tem se tornado critério básico para o julgamento dos projetos de desenvolvimento, juntamente com os indicadores de sustentabilidade. Além desses critérios, Sachs (2009, p.85) ressalta, ainda, a sustentabilidade ecológica, política e territorial, conforme se verifica a seguir:

- Sustentabilidade ambiental: assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como da diversidade dos recursos; preconiza o respeito da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- Sustentabilidade ecológica: preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limitação do uso dos recursos não-renováveis.
- Sustentabilidade social e cultural: assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas; preserva a cultura e valores morais do povo por ele afetado e fortalece a identidade da comunidade. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
- Sustentabilidade econômica: assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz, garante a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gera os recursos de modo que possam suportar as gerações futuras. Defende a capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção e de razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica; inserção soberana na economia internacional.
- Sustentabilidade política nacional e internacional: enfatiza a democracia como apropriação universal dos direitos humanos; capacidade do estado para implementar o projeto nacional em parceria com empreendedores; coesão social.
- Sustentabilidade territorial: configurações urbanas e rurais balanceadas, com a eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público; melhoria do ambiente urbano; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.

Os indicadores da sustentabilidade são parâmetros que apontam e fornecem informações sobre o estado de um fenômeno. São relevantes para a política e para o processo de tomada de decisões. Os objetivos dos indicadores são agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente. E, além disso, tem a função de avaliar as condições e tendências em relação às metas e aos objetivos e de fazer a comparação entre lugares e situações.

Os países começam a construir cenários prospectivos, buscando analisar as possibilidades futuras e preparar as empresas para lidar com essas mesmas possibilidades. Construir cenários é importante para diminuir o grau de incerteza, reduzir riscos e, ainda, serve como base para elaborar estratégias e manter o posicionamento competitivo da empresa. Existem dois processos de geração de cenários: no *forecasting* faz-se a predição do futuro por meio da análise de tendências atuais e a possibilidade de realização dessas tendências no tempo futuro e, no *backcasting*, identifica-se um cenário particular no tempo futuro, a partir do qual são rastreadas suas origens e linhas de desenvolvimento até chegar ao presente. (LIMA et al, 2008).

Para a construção de cenários, os indicadores de sustentabilidade são fundamentais, pois têm a função de revelar informações dos diversos fatores que compõem o desenvolvimento sustentável (econômico, social, ambiental e cultural).

Segundo Lima et al.(2008), existem alguns indicadores de sustentabilidade utilizados para a construção de cenários:

Barometer of Sustainability: permite obter dados das condições das localidades e os efeitos de interações socioambientais.

Dashboard of Sustainability: modelo que proporciona dados que se referem ao bem-estar humano, ecológico, econômico e institucional por meio dos fluxos e estoques que influenciam no desenvolvimento sustentável.

Ecological Footprint Method: respaldado pelo conceito de capacidade de carga, revela a área do ecossistema necessária para assegurar a sobrevivência de uma determinada população, analisando o consumo de alimentação, habitação, transporte, bens de consumo e serviço.

Dow Jones Sustainability Index: acompanha a performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade empresarial, pois é uma estratégia que cria valor para acionistas a longo prazo. Fornece às empresas uma avaliação financeira da estratégia de sustentabilidade, o gerenciamento das oportunidades, riscos e custos ligados à empresa.

Global Reporting Initiative: oferece estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade com o intuito de medir, divulgar e prestar contas, com transparência para os *stakeholders* no que se refere à sustentabilidade das atividades corporativas.

Ethos de Responsabilidade Social Empresarial: instrumento de auto-avaliação da empresa quanto à prática de responsabilidade empresarial e sua incorporação ao planejamento estratégico da empresa. Aborda temas como valores, transparência e governança; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; governos e sociedade. (LIMA et al., 2008).

Para a viabilização dos cenários, busca-se a construção da base e a elaboração de cenários a partir da base. Para criar seus cenários, deve-se atentar para as suas potencialidades e fraquezas, e identificar as incertezas que motivarão a criação dos cenários. Inserir as variáveis relacionadas à sustentabilidade na construção de cenários competitivos é ainda um desafio, onde as práticas de estratégias são tímidas.

O desenvolvimento sustentável se dará na medida em que se possa preservar a integridade dos processos naturais que garantem os fluxos de energia e de materiais na biosfera e que se consiga preservar a biodiversidade do planeta. Sendo a sustentabilidade uma forma da sociedade se relacionar com o ambiente, acredita-se que as expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos de Goiás possibilitem indicadores para a construção de cenários para se discutir a sustentabilidade turística da Cidade de Goiás.

1.2 Sustentabilidade Turística

O conceito do desenvolvimento sustentável e o do turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade cultural e ambiental. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que proteja o meio ambiente não é fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos, além de uma política ambiental e turística adequadas.

De acordo com Leff (2008, p. 327):

A degradação ambiental e a destruição de seus recursos causadas pelo processo de crescimento e globalização econômica e mascaradas hoje em dia pelo propósito de um “desenvolvimento sustentável” estiveram associadas à desintegração de valores culturais, identidades e práticas produtivas das sociedades tradicionais.

Com essa definição, Leff demonstra que o desenvolvimento sustentável é um grande desafio para o mundo globalizado. Já o turismo sustentável pode ser conceituado como:

[...] a gestão de todos os ambientes, recursos e comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivências e estéticas, enquanto que a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (GLOBE'90, 1990)

A definição adotada pela UICN/PNUMA/WWF (1980) diz que desenvolvimento sustentável implica "[...] melhorar a qualidade de vida humana sem diminuir a capacidade de carga (de recursos turísticos) dos ecossistemas que a sustentam, ou sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível".

Em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável, Ruschmann (1997) ressalta que para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição de seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços em um desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos. Ruschmann cita, ainda, que encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada - que ainda não se encontrou no Brasil e em vários outros países.

Entende-se que este conceito considera o desenvolvimento controlado e em harmonia com os aspectos naturais e socioculturais de um recurso turístico. Dessa maneira, no turismo os recursos naturais e socioculturais devem ser desenvolvidos de forma ordenada e planejada, para que possam ser vistos e apreciados, de forma adequada e que garanta sua originalidade e conseqüente atratividade para as gerações futuras.

O uso turístico de áreas naturais e a implantação de equipamentos específicos devem considerar os impactos que a visitação pode ocasionar ao meio natural, às características socioculturais da área e ao setor econômico da região em que ocorrem.

De acordo com Ruschmann (1997), a sustentabilidade turística de um meio depende:

-Do respeito ao meio ambiente natural: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve;

-Da harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora sem agredi-la ou transformá-la;

-Da distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade receptora, os visitantes e os empresários do setor;

-De um turista ou visitante mais responsável, receptivo às questões da conservação ambiental, sensível às interações com o meio natural visitado e com as comunidades receptoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Entende-se que é possível desenvolver a atividade turística de forma sustentável, favorecendo a utilização e a apreciação dos recursos pelos visitantes atuais, protegendo sua originalidade e atratividade para as gerações futuras.

Como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a terra. (UICN/PNUMA/WWF, 1972). No sentido mais restrito, consideram-se os diferentes ecossistemas – constituídos dos elementos bióticos e abióticos, que se caracterizam por suas interrelações, sejam elas simples ou mais complexas. Nesse contexto, incluem-se, além dos aspectos físicos, as características socioeconômicas e culturais das áreas que, de acordo com sua originalidade e autenticidade, deverão ter controladas as visitas turísticas. A consciência ambiental crescente das pessoas e sua necessidade de usufruir seu tempo livre em locais que permitam o contato direto com a natureza faz com que a proteção ambiental se constitua o primordial do desenvolvimento sustentável de áreas para o uso turístico. Quanto mais autêntica e ambientalmente protegida for a área ou a cidade, maior será seu posicionamento no mercado, sendo que estes aspectos se constituem um diferencial mercadológico para os empreendimentos turísticos ou regiões.

O desenvolvimento sustentável representa um novo direcionamento da atividade turística e um desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo nos países com recursos naturais consideráveis.

O desenvolvimento sustentável das atrações turísticas deve ocorrer em etapas e em áreas distintas e, portanto, de extensão territorial menor. Dessa maneira, permite a sua implantação de forma gradual, favorecendo o acompanhamento e o controle da sua

evolução. A tentativa de incorporar os princípios da sustentabilidade às práticas do turismo aparece como uma maneira de minimizar seus impactos negativos. Portanto, a tendência é que o turismo se desenvolva regionalmente ou localmente, tornando o seu manejo centralizado na localidade.

A intenção é proporcionar oportunidades às comunidades receptoras para que possam cuidar de seu próprio destino. A cultura está sendo revalorizada como um recurso para o desenvolvimento sustentável, permitindo a conservação do patrimônio cultural e ambiental.

1.3 Preservação ou Conservação do Patrimônio Cultural e Ambiental

Neste momento, faz-se necessário definir patrimônio cultural e patrimônio ambiental para que os mesmos possam subsidiar a discussão. De acordo com o sítio oficial do IPHAN (2011), patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a cultura de um povo. A noção de patrimônio relacionada apenas aos bens culturais foi sobreposta pela concepção de patrimônio cultural que envolve o patrimônio ambiental, uma vez que entendemos o ambiente como um produto da ação dos homens, portanto, da cultura.

O significado atribuído ao patrimônio se modifica segundo as circunstâncias de momento, dependendo das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que conservar. (RODRIGUES, 2001).

O patrimônio ambiental refere-se a um bem natural que dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor econômico ou paisagístico, merece ser protegido pela sociedade. Esses elementos estão em contato com o homem e acabam interferindo no seu cotidiano. De acordo com Pelegri (2006), o conceito de patrimônio ambiental adquire dimensões sociais, cujo significado aponta a materialização dos sentidos atribuídos no decorrer do processo histórico e lhe imprime uma perspectiva dinâmica, uma conotação que fomenta a consciência do uso comum do meio e, principalmente, a responsabilidade coletiva pelo espaço. Varine-Bohan (1974) enfatiza que tais acepções do patrimônio

coadunam-se às noções de bens naturais e culturais, concatenadas mediante as articulações entre natureza e cultura.

Para preservar ou conservar o patrimônio será necessário entender as diferenças entre os dois termos. Pires (2001) aponta as diferenças entre preservação e conservação. Enquanto a preservação é uma intervenção legal no bem histórico, a conservação é uma intervenção mais leve, realizada diuturnamente com o propósito de afastar do bem tudo que possa prejudicá-lo. No caso da Cidade de Goiás, a cidade recebeu o tombamento em bom estado, cabendo a comunidade e os visitantes conservá-lo.

Rodrigues (2001, p.16) ressalta que:

[...] a palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. Originalmente esteve relacionado à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. No século XVIII, quando na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso de “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Em 13 de abril de 1950, foram efetivados os primeiros tombamentos na Cidade de Goiás, através do IPHAN e com base no Decreto Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. (DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999). De forma individual foram protegidos os seguintes monumentos: Igreja Nossa Senhora da Abadia, Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Santa Bárbara, Igreja São Francisco de Paula, Imagem de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Nossa Senhora da Boa Morte, Quartel do XX.

Em 3 de maio de 1951, foram protegidos: Museu das Bandeiras, Palácio Conde dos Arcos, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua da Fundação, Chafariz de Cauda. E, finalmente, em 18 de setembro de 1978, estendeu-se a proteção ao Conjunto Urbanístico indicado na Carta XXVIII e descrito na Certidão de Tombamento. (DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999)

Em 1980, a Lei Federal n. 8.915, de 13 de outubro, colocou sob a proteção do Estado todo o acervo anteriormente protegido pelo Governo Federal. (COELHO, 1999, p. 21). Em 29 de agosto de 1996, através da Lei n. 206, estabeleceu-se para a Cidade de Goiás a política urbana, o perímetro, a preservação do patrimônio histórico e patrimônio natural, a

locação das atividades, o parcelamento do solo. Foram determinadas as normas para edificações e posturas do município de Goiás. (DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999)

Foi considerado patrimônio histórico as edificações, os conjuntos edificados, as praças e logradouros que constituem a memória da Cidade de Goiás, oriunda do Séc. XVIII e XIX. A área de Preservação foi delimitada por polígonos circunscrevendo áreas a partir de vias ou acidentes naturais ou designados por endereços, quando se tratou de edificações isoladas, conforme Figura1, a seguir.



Figura 1: Áreas de Tombamento e de Entorno¹
 Fonte: IPHAN, 2006

¹ Embora a imagem retratada na Figura 1 esteja um pouco desfocada, considerou-se importante inseri-la neste trabalho.

Para maior entendimento das áreas de tombamento e do entorno da cidade de Goiás, procurou-se elaborar uma mapa que pudesse evidenciar os monumentos, que são atrativos turísticos culturais de Goiás, conforme a Figura 2.

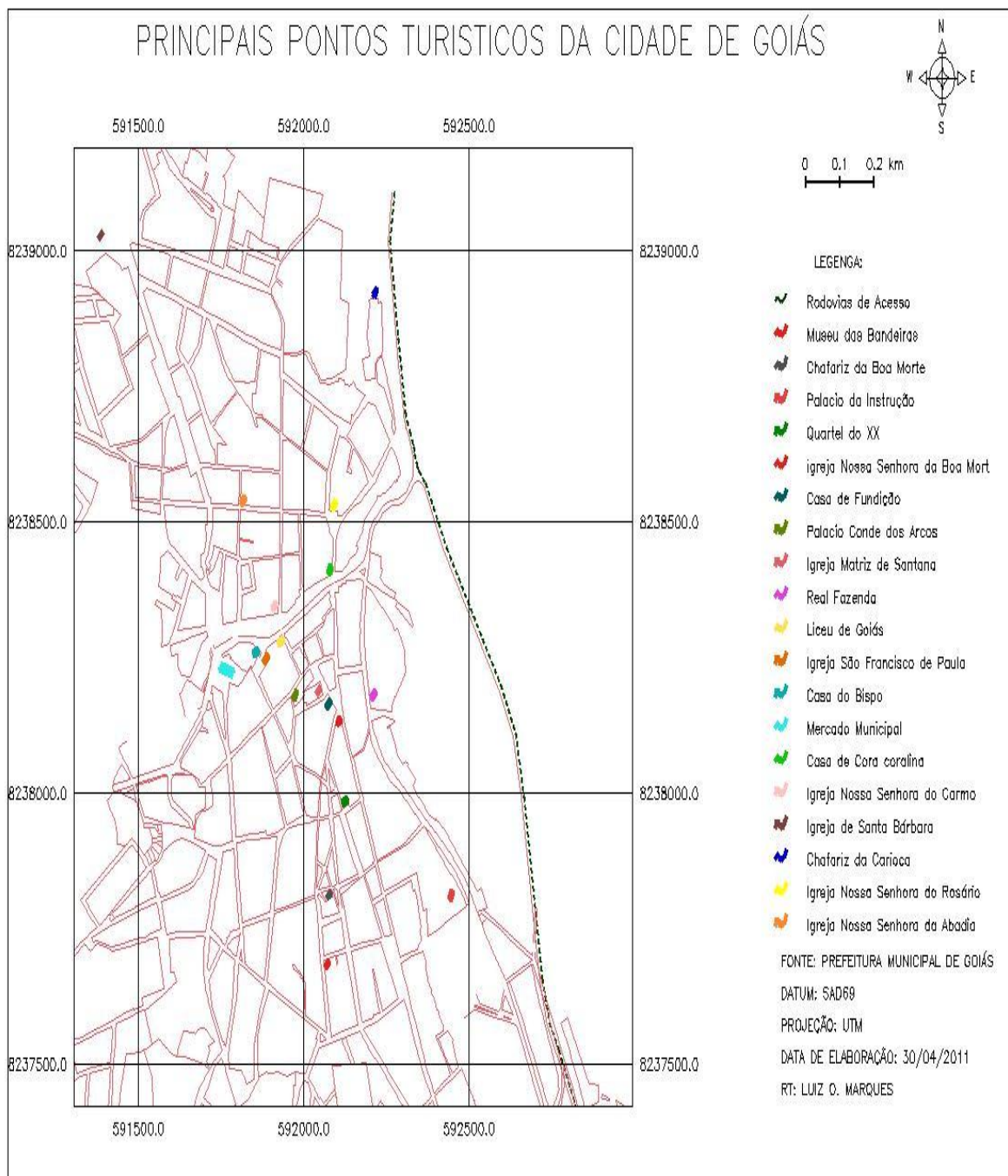


Figura 2: Pontos Turísticos da Cidade de Goiás
 Fonte: Luiz O. Marques, 2011.

No que se refere ao patrimônio ambiental, foram consideradas áreas de preservação ambiental as margens dos córregos, a uma distância mínima de 100 metros para o Rio Vermelho e para os córregos Bacalhau, Manoel Gomes, Bagagem, Prata e Carreiro, e as encostas da serra com declives superiores a quarenta por cento, como na Figura 3.

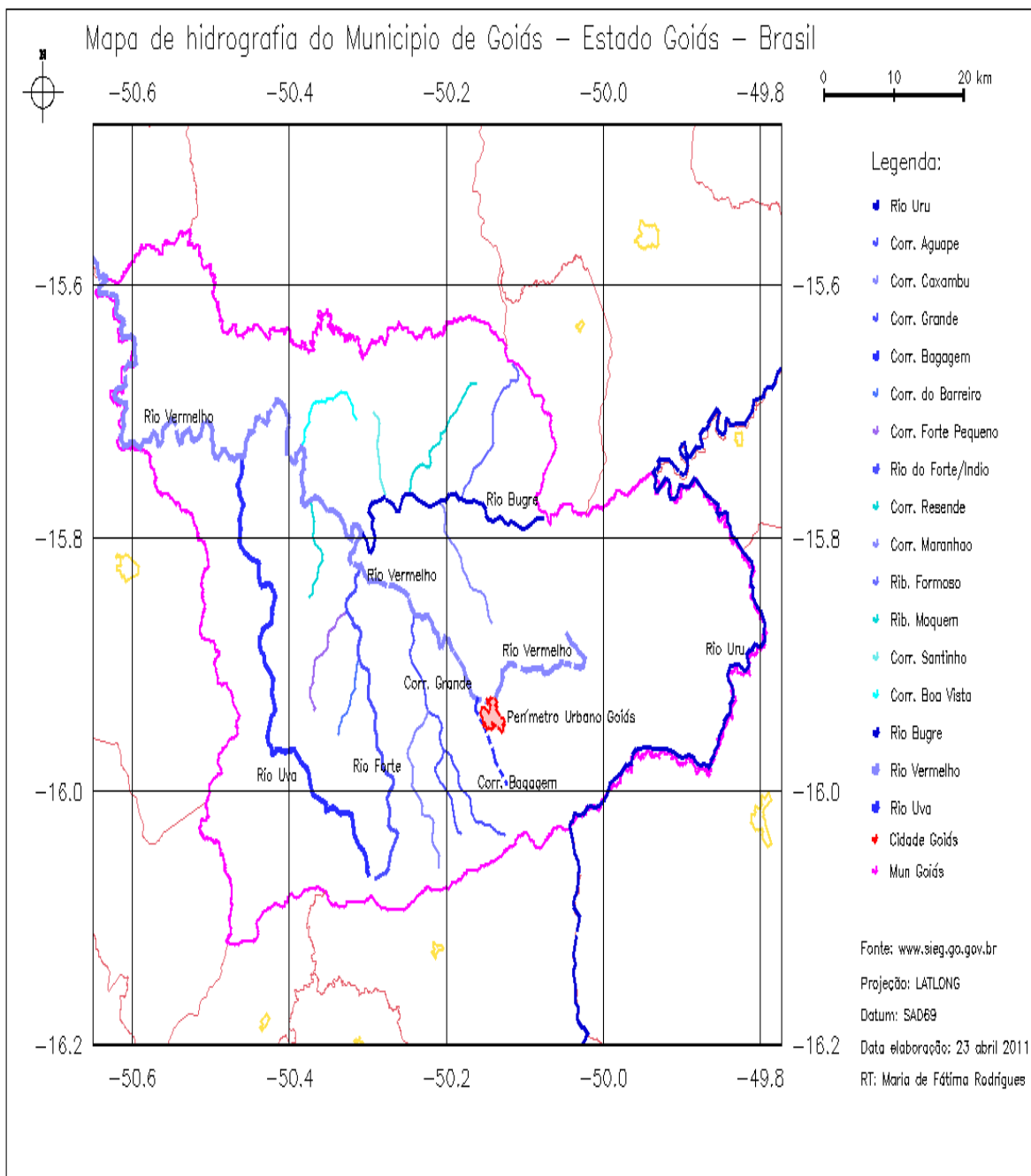


Figura 3: Mapa de Hidrografia do Município de Goiás
 Fonte: Maria de Fátima Rodrigues, 2011.

De acordo com Barreira (2003, p. 328), “a intervenção planejada encontra também um de seus suportes na perspectiva de tornar a cidade habitável para os turistas”. Para Rodrigues (2001), a forma de pensar a nossa herança cultural como um lugar de memória vai de encontro à política de preservação do patrimônio e ao próprio rumo tomado pelas atividades de turismo.

Camargo (2002, p. 96) ressalta o conceito contemporâneo de patrimônio cultural: “em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta de seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição”. Para esse autor, os atrativos culturais deveriam estar voltados para o lazer das populações ou cidadãos da localidade, condição para uma futura e eventual apropriação pelo turismo.

Levando-se em consideração as definições desses autores, entende-se que a preservação do patrimônio cultural tem importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento cultural de um povo. Sabe-se que o contato com o patrimônio deve ser dinâmico, pois esses registros culturais propiciam um momento de reflexão e crítica que ajuda as pessoas a se localizarem no grupo cultural a que pertencem e a conhecer outras expressões culturais.

Assim, o patrimônio cultural e ambiental não são estáticos, mas justamente o que nos impulsiona à transformação, à criatividade e ao enriquecimento cultural, por isso a importância de sua preservação e posterior conservação para que futuras gerações possam ter acesso.

1.4 O Patrimônio e a Prática do Turismo em Goiás

De acordo com Seabra (2001), o atrativo turístico, visto como legado cultural, possibilita a sua perpetuação no tempo, constituindo-se patrimônio para gerações futuras, assim como fonte de renda e emprego para aqueles envolvidos com o turismo.

Nesse contexto, o turismo cultural compreende todas as atividades turísticas relacionadas com a vivência da conjuntura de elementos significativos do patrimônio histórico, artístico e cultural, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da

cultura. Manter, valorizar e proteger um patrimônio cultural, histórico e artístico é a base essencial para o desenvolvimento responsável do turismo.

Sachs (2009, p. 67) enfatiza que “a conservação da biodiversidade entra em cena a partir de uma longa e ampla reflexão sobre o futuro da humanidade. A biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações”. Essa afirmação do autor corrobora com a percepção de que deve existir harmonia e equilíbrio diante das diferentes sustentabilidades, proporcionando um planejamento e distribuição de recursos econômicos, inclusive do turismo.

O turismo é atualmente um dos mais importantes diversificadores das economias dos países, colaborando diretamente com as balanças comerciais. Dessa forma, sua sustentabilidade é algo que pode trazer benefícios a médio e longo prazo, sendo sua análise e desenvolvimento apropriados às medidas vitais para se alcançar melhores resultados econômicos.

A Cidade de Goiás, embora se beneficiando do desenvolvimento do estado, tem, atualmente, sua base econômica frágil, destacando-se a pecuária e, em menor grau, a indústria de transformação, o comércio varejista, a agricultura, a extração mineral e a prestação de serviços. O maior empregador do município é o setor público: Prefeitura Municipal e Governo Estadual. Considerada pelo IBGE uma cidade pólo da região formada por 21 municípios, tem órgãos públicos estaduais e federais instalados no seu território, o que contribui para elevar a renda em circulação no município.

Dados do SEBRAE – GO (2007) apontam que o comércio local convive com baixo poder de compra dos consumidores, com a falta de capital de giro, com a baixa capacitação empresarial e da mão de obra. Entretanto, os mesmos dados identificam o turismo, no setor de prestação de serviços, como atividade promissora capaz de reverter essa situação na Cidade de Goiás.

Embora exista independente do turismo, o patrimônio cultural vem sendo incorporado à oferta turística de inúmeros países. Verificou-se que as relações do turismo com o patrimônio são muito estreitas, principalmente na sua inclusão como atrativo e na possibilidade de sua preservação com os recursos econômicos advindos dessa atividade. Vários autores referem-se à força do turismo como instrumento de preservação do patrimônio e dos valores culturais.

A Cidade de Goiás foi considerada, no ano de 2001, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Entretanto, o Ministério do Turismo ao delinear, em suas políticas públicas, os 65 municípios indutores de turismo para atrair turistas nacionais e internacionais, não considerou a Cidade de Goiás. Um dos requisitos exigidos pelo Ministério do Turismo era de que a cidade tivesse a capacidade de atrair e distribuir turistas pelo seu entorno, o que não foi verificado até o momento.

A partir do recebimento do título pela UNESCO, a cidade continua motivada a preservar e conservar o seu patrimônio. Em 2001, o título representava a oportunidade de crescimento econômico que a cidade almejava. Porém, o título não serviu para proporcionar o desenvolvimento econômico para a cidade, visto que o turismo ainda não deslanchou.

Dados do SEPLAN/SEPIN (2010) apontam que a cidade teve crescimento em arrecadação abaixo da média do Estado e de outras cidades turísticas goianas, como Pirenópolis, Caldas Novas e Alto Paraíso, que não possuem o título de Patrimônio da Humanidade.

De acordo com Yázigi (1999), o desenvolvimento do turismo sustentável somente cumprirá seus princípios se for capaz de evidenciar a importância da paisagem para as comunidades receptoras. É necessário que esta paisagem tenha um significado social e seja valorizada pelos habitantes, para ser protegida e constituir-se de real interesse para o visitante.

Dessa maneira, cabe ao turismo incentivar o reconhecimento e seleção daquilo que vale ser conservado e levado às gerações futuras. Entende-se que o patrimônio continua preservado e conservado, entretanto possibilitar reflexões para a revalorização do legado cultural local é condição imprescindível para a prática do turismo sustentável.

1.5 Festival Internacional do Cinema Ambiental

O Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA) é um dos mais importantes projetos culturais desenvolvidos pela Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL), inicialmente em parceria com a Agência Ambiental, que passou a dar seu apoio ao evento, assim como a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). Projetado sob a motivação de propagar as potencialidades

de Goiás para o mundo, o FICA e toda a sua movimentação se inseriu no esforço do governo e da comunidade de conquistar para a Cidade de Goiás o título de Patrimônio da Humanidade.

Em seu primeiro ano de realização, 1999, o FICA aconteceu entre 2 e 6 de junho, exibindo e premiando obras em vídeo e película cuja temática é a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida na Terra. O FICA tem por finalidade, exibir e premiar obras audiovisuais de curta, média e longa metragens, em filme ou vídeo, com temática ambiental além de traçar um enorme painel da cultura goiana, revelando novos valores e levando ao conhecimento do maior número possível de pessoas, como expresso na página do sítio oficial do FICA. (FICA, 2011)

O festival consolidou-se como uma grande amostragem do cinema ambiental de todo o mundo. Além disso, movimenta a economia, o turismo, faz circular informação, pessoas e estimula a cultura como um todo, especialmente a área cinematográfica.

Em 2010, na XII edição do FICA, a QI Empresarial Soluções Autossustentáveis fechou parceria com instituições e empresas como a SEMARH, Secretaria da Fazenda, Prefeitura Municipal e Secretaria do Meio Ambiente da Cidade de Goiás, Ambiência, Embrasca Consultoria Ambiental, Clube de Engenharia de Goiás para dar suporte estratégico e operacional na compensação dos impactos ambientais. Em contato telefônico realizado em abril de 2011, com a Sra. Izabela Carvalho, sócia-proprietária da QI Empresarial, constatou-se que esta parceria ainda está esperando assinatura do Presidente da SEMARH, Leonardo Vilela, que deverá determinar as ações no que se refere à compensação ambiental.

Em 2010, a SEMARH implementou o projeto FICA Limpo que visa assegurar a limpeza, a qualidade do meio ambiente e a estética do Centro Histórico e dos atrativos naturais (APA Serra Dourada). Em virtude do grande público participante do evento, esta é uma estratégia para reforçar o compromisso do festival com a sustentabilidade ambiental. O objetivo do FICA Limpo é assegurar a qualidade ambiental e promover a sensibilização dos visitantes e moradores visando a redução do lixo descartável produzido durante o evento. Esta conscientização ambiental acontece antes e durante o festival por meio de folders, palestras nas escolas, programas de rádio e performances de artistas (FICA, 2011).

Em 2010, foi aberto espaço para que prefeitos de 18 municípios das regiões do Vale do Araguaia² apresentassem suas demandas e construíssem uma agenda de debates, por meio do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Araguaia. O evento foi um momento importante para a disseminação de informações entre os moradores da região e colocou em pauta discussões sobre a preservação do Vale do Araguaia, que congrega o Rio Araguaia, um dos principais afluentes da região (CLUBE DE NOTÍCIAS, 2010).

De acordo com o pesquisador da Universidade Federal de Goiás (UFG), Laerte Ferreira, consultor do FICA, o Araguaia se destaca por ser o único grande rio do mundo que não sofreu intervenção direta do homem na forma de construção de barragens. O pesquisador enfatiza que o rio tem sofrido inúmeras ameaças, inclusive a da implantação de uma hidrovia. Laerte afirmou que os desmatamentos causam a produção de sedimentos que alteram o leito e a vazão do rio, afetando a biodiversidade do bioma. A ampliação do debate ambiental tem como objetivo possibilitar a troca de experiências entre gestores públicos e a busca de soluções comuns para os problemas ambientais (CLUBE DE NOTÍCIAS, 2010).

Como explicado anteriormente, o FICA foi criado como estratégia, na candidatura da Cidade de Goiás ao título de Patrimônio Cultural, para chamar atenção da mídia e do mundo divulgando a cidade que pretendia receber este título. Nesses treze anos, a cidade vem recebendo no período do evento, junho, inúmeros visitantes, porém ainda não houve um planejamento mais efetivo para minimizar os impactos causados durante o FICA (CLUBE DE NOTÍCIAS, 2010).

Neste ano de 2011, o FICA estará na sua XIII edição, que além de debater assuntos relevantes na área ambiental, oferecerá cursos, a Mostra Competitiva, Mostra ABD-Goiás, mostras paralelas, FICA Animado (infantil), debates com realizadores, premiação das obras, FICA Limpo, fórum e conferência e cursos de cinema, empório Sebrae/Fica, shows, lançamentos, exposições e apresentações culturais. Em sua XIII edição, participam do FICA 21 estados brasileiros e 50 países, comprovando o prestígio e a consolidação do evento no Brasil e no exterior. (FICA, 2011).

Entende-se que, como cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, a Cidade de Goiás é um município que faz parte do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Vale do

² A região do Vale do Araguaia é compreendida entre os Estados de Goiás e de Mato Grosso, no Centro-Oeste do Brasil, onde 31 municípios compõem essa região de aproximadamente 11,5 mil km².

Araguaia e necessita de políticas públicas mais efetivas que permitam a sustentabilidade turística de maneira a realizar eventos, proporcionar infraestrutura, dar suporte ao fluxo turístico que se desloca no período de temporada do rio Araguaia, uma maneira de obter divisas com o fluxo de visitantes e incentivar a conservação do patrimônio.

CAPÍTULO 2. CIDADE DE GOIÁS: PATRIMÔNIO E BASES ECONÔMICAS

O município da Cidade de Goiás está localizado acerca de 135 km a noroeste da capital do Estado de Goiás, Goiânia, e a 335 km de Brasília da capital político-administrativa do Brasil e tem como limites geográficos os municípios de Buriti de Goiás, Faina, Guaraíta, Heitoraí, Itaberaí, Itapuranga, Matrinchã, Mossâmedes e Novo Brasil.

Quatro rodovias passam pelo território do município, sendo três pavimentadas e uma sem pavimentação. Essas rodovias são: BR 070, que dá acesso a centros emissores importantes como Goiânia e Brasília; a GO 164; GO 522; e a GO 429. Dentro do território do município, a BR 070 tem 75 km pavimentados. A GO 164 possui 73 km pavimentados, a GO 522 tem 12 km pavimentados e 25 km sem pavimentação, enquanto que a GO 429 tem 25 Km não pavimentados. Existem dezenas de estradas vicinais municipais, a maioria delas necessitando de serviços de conservação, conforme Quadro 1, a seguir. (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÁS; AGETOP, 2009)

ESTRADAS	PAVIMENTADAS	NÃO PAVIMENTADAS	TOTAL(em Km)
Federais	BR 070	-	75
Estaduais	GO 164 e GO 522	GO 429	110 ⁽¹⁾
Municipais	-	13 rodovias	426 ⁽²⁾
TOTAL	3	14	611

Quadro 1 – Sistema Rodoviário

Obs: (1) São 85 Km pavimentados e 25 Km sem pavimentação

(2) Sem pavimentação

Fontes: Prefeitura Municipal de Goiás e AGETOP – GO (2009)

Importante destacar que as rodovias são indispensáveis para o tráfego de pessoas e de mercadorias e imprescindíveis para o deslocamento e acesso de turistas a cidades turísticas, como a Cidade de Goiás. Segundo a AGETOP (2009) – Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas, Goiás possui uma malha viária considerável, em bom estado de conservação, com acesso aos municípios vizinhos e às principais localidades do Estado e do país. (Quadro 2)(Figura 3)

MUNICÍPIO	RODOVIAS	DISTÂNCIA*
Brasília	BR 070, GO 070 e BR 060	352 Km
Goiânia	BR 070 e GO 070	135 Km
Anápolis	BR 070, GO 070 e BR 060	165 Km
Itaberaí	BR 070	35 Km
Itapirapuã	BR 070	48 Km
Jussara	BR 070	78 Km
Mossâmedes	BR 070 e GO 164	43 km
Sanclerlândia	BR 070 e GO 164	57 km
Faina	GO 164	69 km
Guaraíta	GO 164 e GO 429	52 km
Heitoraí	BR 070 e GO 156	70 km
Itapuranga	BR 070 e GO 156	51 km

Quadro 2 - Malha viária e distância de Goiânia, municípios vizinhos e principais mercados

Fonte: AGETOP – Mapa Rodoviário de Estado de Goiás (2009)

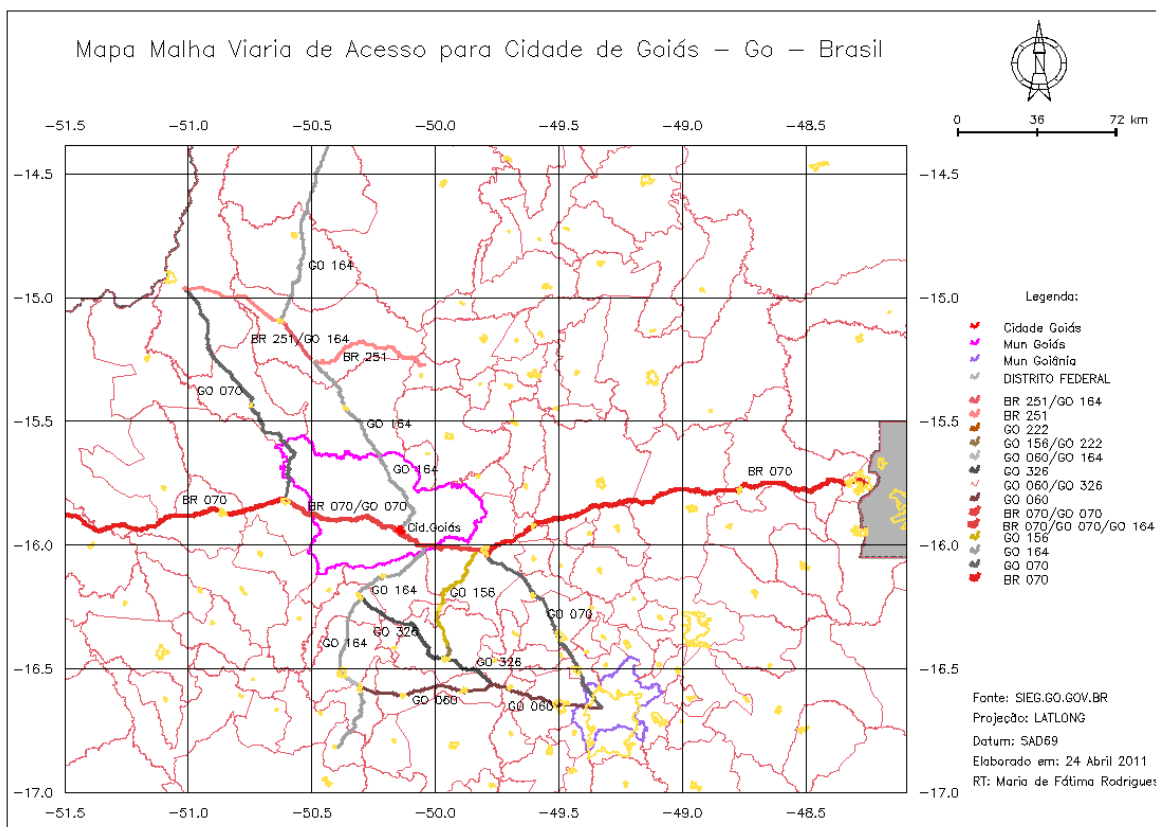


Figura 4: Malha Viária de Acesso à Cidade de Goiás

Fonte: Maria de Fátima Rodrigues, 2011.

Tanto no que se refere ao transporte de cargas quanto ao transporte de passageiros, o município dispõe basicamente do sistema rodoviário. Portanto, as rodovias que dão acesso à Cidade de Goiás ficam sobrecarregadas, principalmente, em períodos de feriados prolongados, finais de semana e no período da temporada do Rio Araguaia (junho a setembro), por fazer parte da rota de acesso.

O aeroporto local, instalado próximo à rodovia BR 070, na saída para Itapirapuã, distante 5,5 km da cidade, tem uma pista pavimentada de 1.200 metros de extensão por 30 m de largura. O aeroporto possibilita pousos e decolagens apenas de aviões de pequeno porte e bimotor. O relevo, acidentado, formado pela Serra Dourada e a Serra do Faina, pelos Morros São Francisco, Cantagalo e Lajes impossibilita a construção de uma nova pista de pouso capaz de comportar pousos e decolagens de aviões de grande porte. (GOIÁS TURISMO, 2010).

O município é banhado por rios pertencentes à Bacia do Araguaia – Tocantins: o Rio Vermelho, que corta a cidade e seus afluentes, pelos córregos Manoel Gomes e o da Prata, além dos ribeirões Bacalhau e Sota.

A vegetação predominante é o cerrado com flora rica e variada. Este bioma possui espécies que vão desde árvores ornamentais (ipê do cerrado), arbustos (flor do cerrado), palmeiras nativas (macaúba, buriti), vegetais que compõe a culinária goiana (pequi, guariroba), ervas de valor medicinal (arnica, sucupira) e uma infinidade de outras espécies. De acordo com Ribeiro (2002, p. 251), “o Cerrado é conhecido como a “savana brasileira”, por suas semelhanças com outras formações vegetais presentes na faixa intertropical do globo”.

Saint-Hilaire, em suas viagens por Goiás no final do século XVIII e início do século XIX (1779-1853), escreveu sobre a grande diferença observada entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Comentou esse viajante:

As matas que atravessei na Província de Goiás, embora não percam inteiramente as folhas durante as secas, como as das caatingas... em nada se assemelham às florestas virgens do Rio de Janeiro... não obstante, há nelas belas árvores, que merecem nossa admiração. É bem verdade que se acham isoladas uma das outras, mas os intervalos entre elas são preenchidos por grandes arbustos, agrupados compactamente e de copas entrelaçadas... Ora vêem-se pequenas moitas de bambu, de hastes delgadas e flexíveis, ora diversos tipos de palmeiras, que dão variedade à densa vegetação que os cerca... mesmo quando o capim dos pastos se torna ressequido pelo ardor do sol, sempre se encontra nos brejos um

tapete de verdura e até mesmo flores. Ali, ergue-se altivamente o elegante buriti, cuja imponente imobilidade tão bem se harmoniza com a calma daquelas solidões. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 38)

A rápida observação de Saint-Hilaire (1975) sobre o calor reinante nessa área remete ao clima, pois a vegetação é reflexo das condições climáticas. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Goiás tem clima tropical úmido, com temperaturas variando entre 35°C e 15°C, ocorrendo chuvas esparsas no período que compreende entre os meses de dezembro a março.

Os resultados dos dados preliminares do Censo 2010 apontam que o município de Goiás, numa área de 31.08 km², com uma população de 24.727 habitantes, sendo que desses 18.638 residem na área urbana e o restante (6.089 habitantes), na área rural. A região é pouco povoada, com uma densidade demográfica em torno de 7,96 hab/km². (IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010).

O saneamento ambiental é um dos indicadores, frequentemente, utilizados para avaliar a qualidade de vida da população de uma localidade. Sem atendimento às condições mínimas não se pode pensar em turismo.

Segundo o IBGE (2010), as residências urbanas recebem água tratada, sendo que esse serviço atende 95% do município e 90% do Estado de Goiás. Apenas como referência, deve-se lembrar que essa proporção é inferior a do Brasil (97,9%) (IBGE, 2010).

O município está dentro dos padrões considerados pela Organização Mundial de Saúde: um médico e três leitos para cada grupo de 1.000 habitantes. A Cidade de Goiás tem, em média, 940 habitantes/médico com 168 leitos hospitalares/1.000 habitantes, com índice de 0,168 leitos por habitantes. (SEPLAN/SEPIN, 2009)

Outro indicativo de qualidade de vida é a educação. Segundo o IBGE (2008), a taxa de escolaridade no município é de 84% para crianças de 7 a 14 anos, estando abaixo do índice do país que é de 97,5%, sendo maior que a do Estado de Goiás (96,7%). Já a taxa de alfabetização do município é de 85,4%, portanto, menor, se comparada a do Estado (92,22%) e a do Brasil (89,6%). O índice de condição de vida para a educação da Cidade de Goiás está próximo aos 52%, sendo considerado insatisfatório, assim como ocorre em todo país. (SEPLAN/SEPIN/GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA SOCIOECONÔMICA, 2010).

Outro índice de qualidade de vida é o de renda (0,65), que está abaixo da média do país (0,79) e do Estado de Goiás (0,79), indicando que o município também sofre efeitos da geração de empregos. (IBGE, 2000).

Outra questão relevante para indicar qualidade de vida é o sistema de comunicação, entre os quais se destaca a telefonia. Dowbor (1998, p. 194), observa que:

As telecomunicações ocupam um lugar central nas infra-estruturas modernas, à medida que se tornam, talvez, o principal eixo de modernização do conjunto da economia, transformando, radicalmente, o conceito espacial das atividades econômicas, sociais e culturais.

Goiás dispõe de sistema de comunicações integrado por correios, telefonia local fixa, telefonia celular, jornal impresso, revista, rádio, tv e *internet*, contribuindo para o desenvolvimento da atividade turística local, a partir do momento que proporciona ao visitante essas facilidades.

A posição de Goiás na região e, principalmente, a malha viária garantem a comunicação com outros centros, inclusive com os emissores, e contribuíram para o desenvolvimento apoiado na pecuária e, em particular, no turismo.

A economia local sempre esteve ligada ao desenvolvimento regional. Isto vem acontecendo desde a mineração no século XVIII, quando ali se formaram manchas de povoamento. Esta atividade foi substituída já no final do século XVIII pela pecuária. (GOMES, 1974).

Durante o Império, a Província de Goiás manteve-se esquecida. Como ressalta Gomes (1974, p.173), “[...] os presidentes que administraram a província foram políticos alheios à vida goiana, por isso não contribuíram para impulsionar a economia baseada na pecuária”.

Conforme enfatizou Campos (1998, p.71), “a pecuária vai ser uma importante forma de ocupação do vasto território goiano – o gado se distribui por todo o território. A criação se torna a atividade principal em Goiás, seja como fonte de riqueza, seja como fator de arrecadação de impostos”.

Neste período, Goiás inicia o seu fortalecimento na economia agropecuária. Segundo Bertran (1978), o número de habitantes em 1830 aumentara, não só em função do

crescimento vegetativo, mas, também, devido a correntes imigratórias de regiões mais próximas.

As condições sócio-econômicas do Brasil não possibilitaram uma ação administrativa satisfatória em Goiás, durante o século XIX. A política goiana, por outra parte, era dirigida por Presidentes impostos pelo poder central. (PALACIN, 1981)

Assim como no período imperial, a economia do período republicano continuou da mesma forma. Somente com a mudança da capital para Goiânia, e, posteriormente, com a construção de Brasília, percebeu-se um maior desenvolvimento local, devido à abertura de rodovias, a conseqüente valorização de terras e a conquista de novos mercados. Segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006), 57% da área do município é composta de estabelecimentos agropecuários.

A Cidade de Goiás, embora se beneficiando do desenvolvimento do estado, tem, atualmente, sua base econômica frágil, destacando-se a pecuária e, em menor grau, a indústria de transformação, o comércio varejista, a agricultura, a extração mineral e a prestação de serviços. O maior empregador do município é o setor público: Prefeitura Municipal e Governo Estadual. Considerada pelo IBGE uma cidade pólo da microrregião Rio Vermelho formada por 09 municípios, tem órgãos públicos estaduais e federais instalados no seu território, o que contribui para elevar a renda em circulação no município. (SEPLAN/SEPIN, 2011)

Dados do SEBRAE – GO (2008) apontam que o comércio local convive com baixo poder de compra dos consumidores, com a falta de capital de giro, com a baixa capacitação empresarial e da mão de obra. Entretanto, os mesmos dados identificam o turismo, no setor de prestação de serviços, como atividade promissora capaz de reverter essa situação na cidade de Goiás.

Vários autores vêm mostrando a relação do turismo com a economia local. Entretanto, deve-se considerar que a capacitação profissional, em alguns casos, não precisa ser muito especializada para cumprir seu papel na geração de empregos.

[...] grande parte dos empregos criados pelo turismo destina-se a proporcionar novas oportunidades à parte da população que vai entrando na idade ativa. [...] Outra característica do emprego no turismo é a fraca qualificação exigida por parte das tarefas desempenhadas. [...] muitos dos trabalhadores provenientes do meio rural encontram fácil adaptação em certas funções turísticas com um esforço de formação relativamente baixo. (CUNHA, 1997, p. 284)

De acordo com Sersocima (2005), Goiás pode beneficiar-se do turismo, em épocas de temporada e feriados prolongados, quando recebe um número grande de visitantes.

Dessa forma, Goiás beneficia-se com o comércio e a prestação de serviços no qual se insere o turismo. [...] As épocas de temporada, que incluem as férias letivas de janeiro e julho, bem como feriados prolongados, como Carnaval e Semana Santa são garantias de movimento turístico. (SERSOCIMA, 2005, p.119).

O turismo é uma atividade econômica que vem crescendo em todo o mundo, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento econômico e social das localidades, ampliando mercados de trabalho e gerando uma distribuição de renda. A análise de Arendit (2000) é pertinente quando afirma que:

O dinheiro gerado na atividade turística multiplica-se pela economia possibilitando: aumento da urbanização; incremento de indústrias ligadas à atividade turística; geração de emprego no setor de serviços turísticos; aumento de investimentos e geração de emprego no setor da construção civil; aumento da demanda por produtos locais; incrementa a entrada de divisas no país receptor e permite aumentar a arrecadação de impostos e taxas. (ARENEDIT, 2000, p. 86)

A Cidade de Goiás tem no seu patrimônio condições favoráveis para alavancar o desenvolvimento econômico que pode contribuir para melhorar a qualidade de vida da população. A construção de Brasília e a proximidade com a capital – Goiânia e as rodovias pavimentadas têm beneficiado o turismo da Cidade de Goiás, que em períodos de férias e feriados recebe turistas que vão em busca de atrativos histórico-culturais, remanescentes da origem e evolução do núcleo urbano.

2.1 Origem e Ocupação de Goiás

A origem e evolução do núcleo urbano de Goiás foram analisadas a partir da literatura existente, principalmente nas obras de Monteiro (1983), Chaim (1987), Palacin (1976), Gomes (1974), Americano do Brasil (1980), Coelho (1999). De um modo geral, as informações se repetem e poucas informações referem-se a fatos singulares. Apenas

aparecem referenciados autores que mostraram aspectos relativos à ocupação da região como um todo e a cidade de Goiás.

Acredita-se que foi Manoel Correia, em 1647, o primeiro bandeirante a penetrar o território denominado Província de Goiás. Regressando dessa viagem, deixou um roteiro que serviu de guia ao bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva.

Monteiro (1983, p.35) observa que “tendo ido parar em suas mãos o roteiro de Manoel Corrêa, o primeiro devassador das terras dos Guaiazes, resolveu ir em busca das riquezas que dizia-se, lá havia em grande quantidade”.

As bandeiras que iam em direção a Goiás saíam de São Paulo em busca de índios, cada vez mais escassos no século XVII. Com frequência chegavam ao extremo norte de Goiás por meio de canoas, seguindo cursos dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia. Outro tipo de expedição era a dos jesuítas que desciam do Pará em busca de índios para segurança da conquista do território, mas nem os habitantes, nem os jesuítas vinham para se fixar em Goiás criando povoações. (GOMES, 1974, p.62)

Embora ocorresse a caça ao índio, havia o propósito de encontrar ouro, a respeito do qual eram abundantes as lendas e os boatos. Segundo autores como Chaim (1987), Gomes (1974), Coelho (1999), no período entre 1682 e 1684, Bartolomeu Bueno da Silva chefiou uma expedição e chegou, então, em Goyaz, nome originário de uma tribo indígena que habitava a região – a Goyá. Em suas viagens pelos sertões, esse bandeirante descobriu os Goyá e para saber onde estava o ouro, usou uma estratégia: queimar o aguardente, em um prato, às margens das águas do Rio Vermelho, ameaçar queimar todos os rios e córregos, caso os índios não lhe mostrassem as minas auríferas. Por esse motivo e por ter um olho cego é que foi apelidado de Anhanguera, que tem vários significados, dentre eles Diabo Velho. Os índios se renderam, mas não lhe entregaram o ouro.

Em 1722, o filho de Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, organizou uma bandeira para procurar ouro e retornou ao sertão, estabelecendo no ano de 1725 os primeiros arraiais no atual Estado de Goiás: Ferreiro, Ouro Fino, Barra e Sant’Anna. Este último que era o centro das transações e movimentações das minas da região. Fundado em 1727 e elevado à freguesia em 1729. (CHAIM, 1987, p. 27).

Outra referência relevante para a cidade de Goiás está na obra de Coelho que contextualiza a elevação do Arraial à Vila:

Em 1736, a necessidade de um maior controle na cobrança de impostos, de uma fiscalização maior com relação ao contrabando, além de defesa e posse do território nas disputas com a colonização espanhola, levou o rei de Portugal, através de Carta Régia, a determinar a fundação de uma vila destinada a sediar a administração de uma nova Capitania, a das minas de Goiás, a ser desmembrada de São Paulo. (COELHO, 1999, p. 13)

Estas questões são significativas para esta pesquisa porque registram dois momentos decisivos para Goiás. Surgiu, então, Vila Boa de Goiás, instalada em 25 de julho de 1739. Existem referências nas obras de Chaim, Coelho e Gomes sobre a origem do termo Boa da antiga Vila Boa de Goiás. Segundo estes autores esse termo derivou de “Buena” em homenagem a Bartolomeu Bueno. Aos índios Goyá, os primeiros habitantes, refere-se a designação final.

A fundação da vila deu início a um novo estágio na evolução urbana de Vila Boa com a consolidação do traçado urbano a partir da construção de obras relevantes: Capela de Sant’Anna (1727), Igreja Nossa Senhora do Rosário (1734)³.

Em 8 de novembro de 1744, foi criada por alvará a Capitania Geral, separando a Comarca de Goiás da de São Paulo, tendo Vila Boa como a capital da província. Porém, somente em 8 de novembro de 1749, o primeiro governador, o Capitão General Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, tomou posse. A partir desse período, o espaço urbano expandiu-se e se firmou com as diversas obras realizadas. O levantamento realizado para esta pesquisa identificou o patrimônio construído, bem como suas respectivas datas: Casa de Fundição do Ouro (1750), Quartel da Tropa da Linha (1751), Palácio Conde dos Arcos (1755), Igreja São Francisco de Paula (1761), Casa de Câmara e Cadeia Pública (1761), Chafariz da Carioca (1772), Chafariz da Cauda da Boa Morte (1778), Igreja Nossa Senhora da Boa Morte (1179), Ermida de Santa Bárbara (1780), Igreja de Nossa Senhora do Carmo (1786), Igreja de Nossa Senhora D’Abadia (1790), Igreja de Nossa Senhora da Lapa (1796). Esta última foi levada pelas águas em uma enchente, no ano de 1839. (COELHO, 1999, p.19).

Esta breve menção ao patrimônio construído nesse período mostra a preocupação com ordenamento do território. Ainda conforme Coelho,

³ A Capela de Sant’Anna foi demolida por duas vezes e somente em 1958 reiniciou a sua construção, e a Igreja Nossa Senhora do Rosário foi demolida e reedificada pelos Ordem Dominicana em 1934.

[...] a partir da implantação da vila, com a demarcação do espaço da praça, com seus principais edifícios e pelourinho, percebe-se uma constante preocupação por parte dos administradores no sentido de se manterem ordem e regularidade na conformação urbana desse núcleo. [...] Entretanto, a tentativa mais contundente no sentido de definir o traçado e a conformação da capital goiana vai acontecer em 1782, sob a orientação do governador Luiz da Cunha Menezes. Elaborou-se um plano de expansão da vila, em que se definiam regras para novas construções urbanas e mesmo para as possíveis obras de reforma e manutenção. (COELHO, 1999, p. 20)

Observam-se melhorias no núcleo urbano de Vila Boa com a construção de edifícios a partir de 1760, principalmente, no final do século XVIII, que coincide com o período em que o ouro se torna escasso. Com a decadência do ouro, o crescimento e a expansão de Vila Boa se processaram lentamente. Nesse período efetivou-se, porém, uma mudança no modo de vida da população. Ao contrário dos primeiros moradores, que apenas se preocupavam com o enriquecimento rápido e com a volta aos seus lugares de origem, os habitantes de Vila Boa ao criarem raízes, contribuíram para a estruturação de uma vida urbana.

Durante todo o século XIX, várias foram as tentativas de ordenação do espaço urbano. A chegada da Corte Real ao Rio de Janeiro, em 1808, fugindo de Napoleão, e a Proclamação da Independência e do Império em 1822, pondo fim ao regime colonial, foram acompanhadas de profundas modificações nas economias regionais que, também, repercutiram no atual Estado de Goiás. Os efeitos da Proclamação da República em Goiás prenderam-se às questões administrativas e políticas. Os fatores sócio-econômicos e culturais não tiveram grandes modificações: as elites dominantes continuaram as mesmas; os latifúndios improdutivos, áreas imensas por povoar e explorar, decadência econômica sem se pensar em modificar a estrutura de produção; pecuária e agricultura deficitárias; educação em estado embrionário; povo esquecido em suas necessidades, mas usado pelos hábeis políticos. (COELHO, 1999).

O século XIX foi expressivo para o desenvolvimento da Cidade de Goiás. Dessa época, resultaram manifestações artísticas e culturais e a construção de obras públicas de grande importância para a sociedade: Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (1826), Lyceu de Goiás (1846), Teatro São Joaquim (1857), Mercado Municipal

(1857), Cemitério São Joaquim (1858), Gabinete Literário Goiano (1864), Matadouro Municipal (1882). (COELHO, 1999).

Em 1823, a Secretaria de Negócios do Império, através de portaria, elevou Vila Boa à categoria de cidade, com nome de Goiás e criou o município, integrando a província de Goiás. Vila Boa passou a ser capital da Província e isto se estendeu até 1937, já na República. (CHAIM, 1987, p. 37)

Coelho (1999) observa que, com o advento da República, os presidentes, nomeados pelo Imperador, foram substituídos pelos governadores eleitos, reforçando o poder oligárquico das famílias e o isolamento da cidade. São desse período, edificações isoladas como o colégio Santana (1889), Coreto da Praça (1906), Cruz do Anhanguera (1918) e o Fórum (1922).

Outras questões que devem ser analisadas, pois repercutiram na evolução do núcleo urbano são aquelas referentes à construção de Goiânia, como cidade planejada, e a de Brasília. A construção de Goiânia para ser futura capital de Goiás começou a ser planejada a partir da Revolução de 1930, pelo interventor nomeado Pedro Ludovico Teixeira, nomeado por Getúlio Vargas. Foram apregoadas a sua péssima localização geográfica em relação a outros centros, a falta de água e esgotos, bem como a falta de recursos para resolver esses problemas para que Goiás pudesse desempenhar o papel de capital do Estado. (PALACIN, 1976)

Por estas razões, a cidade planejada teve o início de sua construção em 1933 quando se definiu a mudança da capital e, em 1937, efetivou-se a transferência político - administrativa de Goiás para Goiânia. Nessa época, a Cidade de Goiás passou por um novo estágio, perdendo a função administrativa, o que se refletiu em todos os setores da vida urbana. Uma parcela significativa da população acompanhou a mudança da capital, provocando esvaziamento demográfico de Goiás. (PALACIN, 1976).

Campos (2002) reafirma que a idéia da mudança capital não era nova:

[...] No Império (1863) e no início da República (1890), presidentes disseram da inconveniência de a capital permanecer em Vila Boa (cidade de Goiás). Até mesmo a Constituição Republicana já assinalava para uma mudança. [...] Contudo, vai ser no Congresso de Bonfim, cidade localizada no sul do Estado e às margens da ferrovia, que a idéia da mudança ressurgiu e com o qual Pedro Ludovico vai trabalhar. Não é sem razão que a questão da mudança da Capital é retomada a partir daí. (CAMPOS, 2002, p. 172)

Percebe-se que o propósito de mudança da capital já tinha sido evidenciado tanto no império quanto na república, e ressurgiu com mais ênfase com o interventor Pedro Ludovico Teixeira. De certo modo, Coelho considera esta mudança como positiva para preservar o patrimônio edificado, ao afirmar que:

Com a mudança da capital para Goiânia, a cidade de Goiás entrou em um processo de semi - abandono, com o desaparecimento de inúmeros edifícios residenciais. Entretanto, é bem provável que seja exatamente esse fato – o de deixar de ser capital – o grande responsável pela conservação, ainda nos dias de hoje do grande acervo com características setecentistas lá encontrado. (COELHO, 1999, p. 23)

Lévi-Strauss (1996, p.119) percebeu a mudança da capital com certa indignação:

Não sei se devemos deplorar o absurdo ou nos alegrarmos com ele: o governo decidira esquecer Goiás, seus campos, suas ladeiras [...]. Tudo aquilo era pequeno demais. [...] Encontraram-na a cem quilômetros a leste, na forma de um planalto coberto unicamente de capim duro e arbustos espinhentos, como se tivesse sido atacada por um flagelo destruidor de toda a fauna inimigo da vegetação.

Enquanto que Bernardes e Silva (2010, p.170) ressaltam que Goiânia surge da política da Marcha para o Oeste, participando da proposta do desenvolvimento nacional:

Para o governo federal, a cidade nasce consubstanciada pelo movimento de 30 e pela política da Marcha para o Oeste, isto é, um empreendimento resultante de políticas do poder central pós-30, especialmente do Estado Novo. [...] A legitimidade do Estado Novo embasava-se em políticas capazes não apenas para garantir a integridade territorial frente às constantes ameaças externas, mas também de proporcionar o desenvolvimento nacional através do aproveitamento das potencialidades inerentes ao território nacional.

A concepção da construção de Brasília acontece ainda no período republicano, quando o Congresso Nacional introduziu na Constituição de 1891 a idéia de instalar o centro político-administrativo brasileiro na região Centro-Oeste. A inauguração de Brasília, em 1960, contribuiu para que o estado de Goiás se desenvolvesse econômica e socialmente e houvesse uma expansão do interior do Brasil.

Segundo Palacin (1976), a construção de Brasília teve a virtude de divulgar o Estado de Goiás. A abertura de estradas possibilitou as comunicações estaduais e, também, com o resto do país. Isto estava de acordo com a campanha da “marcha para o oeste”⁴, lançada pelo Governo Federal.

A partir dessas referências, chegou-se as seguintes conclusões: a formação do patrimônio histórico, o esvaziamento da Cidade de Goiás e a preservação do patrimônio, e a definição de centros emissores de turistas.

1º - A formação de patrimônio histórico a partir dos diferentes momentos ligados à evolução do núcleo urbano. O primeiro, o período colonial que resultou nas edificações militares (quartel), religiosas (igrejas) e de serviços públicos (chafarizes e casa de fundição). O segundo período, o Imperial, que resultou principalmente em obras públicas como hospital, escola, teatro, matadouro, cemitério e outros. Finalmente, o período republicano, com as edificações isoladas já referidas.

2º - O esvaziamento de Goiás ocorreu quando a capital do Estado que ela sediava foi transferida para Goiânia. Goiás, perdendo a função político-administrativa, perdeu a força política. Logo, o patrimônio histórico pouco se alterou porque a cidade não conheceu desenvolvimento que exigisse a sua derrubada para novas construções.

3º - A definição de centros emissores de turistas que, posteriormente, procurariam a Cidade de Goiás, decorreu do crescimento da nova capital – Goiânia e, principalmente, do desenvolvimento de Brasília, a nova capital do Brasil. A transferência da capital de Goiás, considerada negativa no momento em que ocorreu, transformou-se, posteriormente, num fator positivo que pode contribuir para o desenvolvimento turístico local. A proximidade com a capital estadual e federal, por outro lado, foram e continuam sendo benéficas, pois disponibilizaram infraestrutura, principalmente, de acesso, que é fundamental para o desenvolvimento turístico. Entende-se que este relativo isolamento permitiu que o patrimônio edificado fosse preservado.

⁴ A Marcha para o Oeste foi criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas.

2.2 Políticas Públicas de Turismo

Política pública de turismo pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas, em virtude do objetivo geral de alcançar e dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística num dado território (CRUZ, 2002, p. 40). O turismo ainda é tratado como um fenômeno de cunho econômico, e quando mal planejado e fiscalizado, suas atividades podem gerar impactos que afetam o desenvolvimento sustentável.

Em 2003, Ministério do Esporte e Turismo foi desmembrado e o Governo Federal criou o Ministério do Turismo. O novo órgão surge para articular o Plano Nacional de Turismo com condições necessárias para fazer o arranjo institucional com os demais Ministérios, os governos estaduais e municipais, o poder legislativo, a iniciativa privada e as entidades organizadas, integrando as políticas públicas e o setor privado.

O Ministério do Turismo assume a responsabilidade de conceber um modelo de gestão pública, descentralizada e participativa com todos os municípios turísticos do país. É composto por órgãos da administração direta, além de outros organismos, elencados a seguir:

- Secretaria de Políticas de Turismo: formulação, elaboração, avaliação e monitoramento do PNT, assim como a articulação das relações institucionais e internacionais necessárias para a condução dessa política.

- Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo: estimular as iniciativas públicas e privadas, promover investimentos para os programas e projetos, apoiar e promover a produção e comercialização de produtos associados ao turismo e qualificar seus serviços.

- Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR): divulgação, promoção e comercialização dos serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior.

- Conselho Nacional do Turismo: formado por representantes de outros Ministérios e Instituições Públicas, tem como atribuições “propor diretrizes e oferecer subsídios técnicos para a formulação e acompanhamento da Política Nacional do Turismo”. (BRASIL, 2004).

Foram criados, ainda, o Fórum Nacional de Secretários que consiste em um órgão informal e consultivo incumbido de auxiliar no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios; e os Fóruns Estaduais de Turismo que tem como atribuição a operacionalização das políticas formuladas por um núcleo estratégico, apresentando-se como um elo entre o Governo Federal e os destinos turísticos, e tem a finalidade de integrar a cadeia produtiva nos estados e Distrito Federal, facilitando a implantação do Plano Nacional do Turismo. (MTUR, 2004).

O Fórum Estadual é composto pelo Secretário ou Dirigente Estadual, por um representante designado pelo Ministério do Turismo, pelas entidades públicas e privadas participantes do Conselho Nacional, por intermédio de suas representações regionais, pela representação dos municípios, pelas instituições de ensino superior de turismo, e demais entidades do *trade* turístico. Por intermédio do Fórum Estadual de Turismo, os municípios foram incentivados a criar os Conselhos Municipais de Turismo e organizaram-se em consórcios para formar Roteiros Integrados, ofertando um conjunto de produtos turísticos. (AGETUR, 2008).

Como instrumento de planejamento, ainda em 2003, foi lançado o Plano Nacional do Turismo (PNT), com diretrizes, metas e programas (2003-2007), com a finalidade de consolidar o Ministério do Turismo como articulador do processo de integração dos vários segmentos do turismo. As diretrizes do PNT priorizam o turismo como uma ação que deve beneficiar a população brasileira, reduzir as desigualdades regionais e sociais por meio de uma política de base macroeconômica, priorizando o planejamento, a capacitação profissional e geração de emprego e renda.

O PNT foi estruturado de maneira que seus objetivos sejam alcançados por meio de sete macroprogramas elencados a seguir: gestão e relações institucionais; fomento; infraestrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade do produto turístico; promoção e apoio à comercialização; e informações turísticas.

No Estado de Goiás, a Agência Goiana de Turismo (AGETUR), criada em 1999 e transformada em 2009 em Goiás Turismo, foi o órgão oficial responsável pelo fomento da atividade turística no estado, com a finalidade de possibilitar uma gestão turística articulada com os demais órgãos do governo, iniciativa privada e entidades

organizadas, buscando seguir as diretrizes do PNT. Entre as metas para o turismo houve a incorporação do Plano Estadual de Turismo em consonância com o Plano Nacional onde foram traçados os Programas Mostra Goiás, Infraestrutura Turística, Informação e Inteligência Turística e Produto Turístico, para que fossem executados nas regiões turísticas do estado de Goiás.

Atendendo às recomendações do PNT, o Plano Estadual de Turismo foi elaborado de forma participativa, orientando os municípios a desenvolverem o turismo de forma planejada, “com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política, estimulando a regionalização, definindo critérios de desenvolvimento e de classificação e direcionando as ações e os investimentos públicos” (AGETUR, 2007, p.56).

O programa Mostra Brasil tem como objetivo promover o estado em nível internacional, nacional e regional, divulgando as potencialidades para que se transforme em destino turístico. O programa Infraestrutura Turística visa oferecer a adequação a cada região a infraestrutura turística de forma a atender às necessidades de orientação e conforto dos visitantes e da comunidade. O programa de Informação e Inteligência Turística desenvolve um sistema de inteligência e informação integrado com o *trade* turístico, compartilhando pesquisas e informações necessárias à tomada de decisão sobre políticas públicas e investimentos na área do turismo. O programa Produto Turístico tem o objetivo de melhorar a capacidade do *trade* turístico, a gestão municipal e a qualificação dos profissionais da área, incentivando a criação de novos produtos turísticos para serem divulgados em nível estadual, regional, nacional e internacional.

Em março de 2004, o Ministério do Turismo (MTur) realizou em todos os estados brasileiros oficinas para definição das regiões turísticas prioritárias. O Estado de Goiás foi subdividido em nove regiões turísticas: Águas, Agroecológica, Engenhos, Nascentes do Oeste, Negócios, Ouro, Reserva da Biosfera Goyaz, Vale da Serra da Mesa e Vale do Araguaia. Cada região deveria possuir uma instância de governança regional própria, denominada Fórum Regional de Turismo. O Fórum Regional de Turismo assume tarefa primordial na descentralização da gestão dos recursos, tornam-se responsáveis pelo encaminhamento dos projetos e estratégias pertinentes a cada região, e passa a ter autonomia para utilizar os recursos, investir em pesquisas, planejar as suas ações de acordo com as realidades locais. A criação tanto dos Fóruns Regionais de Turismo quanto dos

Conselhos Municipais de Turismo é recomendação do Plano Nacional do Turismo, como forma de organizar e estruturar o processo de gestão nacional e estadual.

Posteriormente à criação das regiões, foram definidos dez critérios visando classificar todos os municípios do estado por meio de pontuação. Os dez critérios são: meios de hospedagem, transportação turística, agências de turismo, organização de eventos, número de leitos, pontos de leitos, Boletim de Ocupação Hoteleira (BOH), Centro de Atendimento ao Turista (CAT), Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Fundo Municipal do Turismo (FUMTUR). Cada critério estabelecido traduziu um peso específico e, para ser classificado como município turístico, a localidade deveria alcançar uma pontuação mínima de 20 pontos. Acima dessa pontuação, as cidades passaram a ser classificadas e identificadas como município diamante, município esmeralda e município cristal.

A Cidade de Goiás faz parte da Região do Ouro, cidades que possuem patrimônio histórico cultural formado pelas cidades criadas e desenvolvidas na época dos Bandeirantes como igrejas, coretos, museus e casarões em ruas de pedra que fazem reviver o passado. Vale ressaltar que a Cidade de Goiás é considerada, atualmente, como município diamante, demonstrando estar cumprindo atendendo aos critérios de classificação. (GOIÁS TURISMO, 2010)

As políticas públicas da cidade ainda são incipientes, conforme informou a Diretora do IPTur da Goiás Turismo, Goiás ainda não tem estratégias e ações baseadas no PNT, o que explica a não inclusão do município no *hall* de cidades indutoras do turismo apesar de ser patrimônio mundial.

2.3. Patrimônio Cultural como Atrativo Turístico

Considerando o patrimônio cultural como atrativo turístico, serão apresentadas breves considerações sobre questões do patrimônio cultural com base na legislação brasileira e nas idéias de vários autores. Aborda-se, ainda, a relação entre o patrimônio e o turismo, especialmente o turismo cultural.

O patrimônio e sua preservação dependem, evidentemente, de normas de controle de competência governamental. A atuação do Governo se faz com base na

legislação e na regulamentação visando promover e proteger o patrimônio cultural. A legislação acaba também definindo o patrimônio cultural, como será analisado a seguir.

No Brasil, a defesa dos bens culturais foi manifestada, pela primeira vez, pela Carta de 1934 que firmou a proteção ao patrimônio cultural na Constituição. Pires (2005, p. 277) observa que o conceito de patrimônio começou a ser elaborado no período do Governo Getúlio Vargas (1930-1945). O Estado, incentivado pelos pioneiros da arquitetura moderna no Brasil, incumbiu-se da tarefa de preservar o patrimônio cultural, em 1937, através do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional - SPHAN. Em 1970, este organismo foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Até hoje a preservação, por meio de tombamento, está presente na atuação desse órgão.

Os critérios de prioridade dos bens tombados eram adotados e sustentados não tanto por estudos e pesquisas, mas pela autoridade dos agentes e da instituição que respondia pelos bens tombados. No que se refere aos bens tombados, convém fazer a relação ao início das idéias de preservação, como observa Vieira (2000, p. 3):

[...] nessa oportunidade seria ressaltada a herança colonial, compreendida como a mais pura expressão da cultura nacional. Tal concepção seria endossada pelos órgãos oficiais de defesa do patrimônio através da exaltação do barroco mineiro e da reverência às cidades históricas de Minas.

Exemplo disso é Ouro Preto, que foi em 1932, oficialmente reconhecida pelo Governo Federal como “Monumento Nacional”.

Já em 1964, a Conferência Geral da UNESCO em sua 13ª sessão, ocorrida em Paris no dia 19 de novembro, definia os bens culturais de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, como: “[...] as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes – tipo flora e fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos musicais”. (RODRIGUES, 1996, p. 194).

Como bem enfatizou Rodrigues,

Negar o direito à memória é, ao mesmo tempo, não reconhecer o grupo ao qual está relacionado o bem cultural e não apoiar os processos desenvolvidos no interior desses grupos no sentido de se reconhecerem como construtores da história, passo de grande importância para que suas vozes imponham nas decisões de caráter coletivo. (RODRIGUES, 1996, p. 195).

No Brasil, a Constituição Brasileira de 1988 determina que o poder público juntamente com a comunidade deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação. O artigo 216 define o patrimônio cultural brasileiro como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Na literatura pesquisada, autores como Azevedo (1998) e Esperança (1999) também definiram patrimônio. Esperança (1999, p. 70) resgata o termo romano *Patrimonium* que:

[...] dizia respeito à legitimidade familiar envolvida na herança, em particular sobre os seus direitos de propriedade e posse. A expressão define, na origem, a relação particular entre o grupo, juridicamente definido, e os bens materiais concretos que se agrupam sob o nome patrimônio.

Já Azevedo (1998, p. 148) considera o patrimônio como “[...] conjunto de bens herdados, construídos e/ou em construção. Envolve o “tempo tríplice”, mesclando temporalidades diferentes: passado, presente e futuro”. Há, portanto, concordância entre as idéias desses autores.

O tombamento é, dentre as formas de promoção dos bens culturais por ato administrativo, a medida mais concreta para proteger o patrimônio. Na literatura geral sobre patrimônio e turismo, autores como Pires (2000), Pellegrini (2000) e, no senso jurídico, Milaré (2000) demonstraram a preocupação de organismos brasileiros e internacionais de adotarem medidas para a proteção dos valores naturais e culturais.

O tombamento tem sido o primeiro passo para se efetuar a salvaguarda do patrimônio, porém este ato não visa isolar o bem patrimonial, sacralizá-lo, paralisando-o. Ao contrário, o bem deve ser colocado à disposição e ser útil à comunidade local.

Não há como negar o papel preventivo da limitação à especulação que o tombamento desempenha, entretanto, observa-se a necessidade de criação de incentivos ao proprietário, do bem protegido, adequados à preservação.

Milaré (2000, p. 198) afirma que:

[...] não basta proibir, por meio de leis e regulamentos, condutas e práticas prejudiciais a preservação do patrimônio cultural. São necessários instrumentos outros que completem e subsidiem o tratamento legal, partindo-se do pressuposto que não há preservação sem a cooperação e os recursos das comunidades.

Nesse aspecto, observa-se que a participação e o envolvimento da população são considerados essenciais para o sucesso da conservação.

Milaré (2000, p. 185) conclui que a defesa e conservação do patrimônio podem ser feitas de duas maneiras: a primeira, baseada no trabalho individual e coletivo, de estudo, do conhecimento e da preocupação em não permitir que destruam ou danifiquem o patrimônio; a segunda, de responsabilidade dos governantes, seria através das leis e com o tombamento dos edifícios, objetos e monumentos considerados de maior importância histórica e cultural.

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural não é isolada, mas mundial. A consciência da necessidade de adotarem medidas para a salvaguarda desse patrimônio tem sido evidenciada por organismos internacionais, como a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – que promovem acordos e convenções por meio de cooperação, de diretrizes de políticas protecionistas e da criação de fundos de assistência. A UNESCO vem se destacando na qualificação de lugares considerados como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que será analisado com mais detalhe no item correspondente.

A preservação do patrimônio envolve investimentos que, nem sempre, existem nessas localidades. Uma das formas para se obter recursos financeiros, e que vem sendo amplamente utilizado no mundo inteiro, é a visitação de pessoas do próprio local ou de turistas.

Milaré (2000, p. 198) aponta instrumentos como a conscientização e a preservação do bem patrimonial por meio da educação ambiental e dos estímulos econômicos advindos da isenção fiscal, de financiamentos subsidiados, de incentivo à

utilização de edifícios históricos para fins comerciais ou institucionais, com benefícios fiscais e criação de fundos destinados à preservação. A conservação é um instrumento que torna possível transformar o bem tombado em atrativo para visitação.

A transformação do patrimônio num produto pode garantir a visitação. Dessa idéia partilha Choay (1999) quando diz que a “indústria patrimonial para muitos Estados, regiões e municipalidade, significa a sobrevivência e o futuro econômico”. (CHOAY, 1999, p. 89)

Barreto (2000) considera que o turismo com base no legado cultural é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural e permite que a comunidade se engaje no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história, de verificação das fontes. Permite, também, que membros dessa comunidade adquiram consciência do papel que sua cidade representa em determinado cenário e determinada época.

O turismo cultural teve o seu incremento a partir de 1979, com a Carta do Turismo Cultural, estabelecida em Bruxelas, definindo-se como “[...] aquela forma de turismo que tem por objeto, entre outros, a descoberta dos monumentos e locais de interesse. Exerce nestes um efeito positivo, na medida em que contribui – para satisfazer os seus próprios fins – para a sua preservação e proteção”. (BUCHO, 1998, p. 81) Dessa maneira, o turismo cultural pode contribuir para salvaguardar o patrimônio, que se constitui em produto turístico, que por sua vez arrecada proventos que ajudam na conservação e no desenvolvimento local.

As considerações sobre os benefícios do turismo cultural remetem ao turismo em geral. Beni (1998) considera o turismo uma atividade que contribui para o desenvolvimento. Por meio dos impostos diretos e indiretos, o turismo, também, proporciona geração de renda para o setor público que pode ser revertida em serviços e obras públicas para a comunidade. “Por efeito do aumento da oferta turística (alojamento, estabelecimentos de alimentação, indústrias complementares e outros), eleva a demanda de emprego, repercutindo na diminuição de mão de obra subutilizada ou desempregada”. (BENI, 1998, p. 31).

Entretanto, é importante considerar que somente poderá existir um aumento da oferta turística se houver demanda que justifique esse investimento. No que se refere ao

turismo cultural, o turista espera vivenciar outras culturas, porém necessário se faz colocar a sua disposição infra-estrutura básica, serviços públicos, serviços turísticos e atrativos turísticos capazes de assegurar a sua permanência na localidade.

As razões que levam o turismo a ser um fator de desenvolvimento e expansão econômica foram enumerados por Cunha (1997, p. 284):

- 1) O turismo somente é viável quando existem valores locais que garantam a sua vocação turística;
- 2) Acarreta transferência de rendimentos, quando o turista consome bens ou se utiliza de serviços produzidos localmente;
- 3) Cria condições para que órgãos públicos implantem infra-estrutura básica e de serviços públicos e permite a instalação de outras atividades, na localidade, através da iniciativa privada;
- 4) Contribui para a dinamização e modernização da produção local, criando oportunidades de empregos e melhor distribuição de renda.

Organismos internacionais já se referem, nas convenções e nos acordos, que o turismo pode ser instrumento para a preservação do patrimônio. Segundo Barreto (2000, p.17), a “[...] idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo”. Dessa maneira, o turismo cultural contribui para salvaguardar o patrimônio, que se constitui em produto turístico, que por sua vez, arrecada proventos que ajudam na sua conservação.

Em 1999, a cidade de Goiás candidatou-se, na UNESCO, para receber o título de Patrimônio da Humanidade. Para tanto, o Movimento Pró Cidade de Goiás justificou a inscrição declarando que:

A construção do território brasileiro foi realizada a partir do espaço delimitado pela costa atlântica e pela linha do Tratado de Tordesilhas e progressivamente estendida até os rios da Prata e Paraguai, culminando com a ocupação do interior. Da periferia para o centro. Os primeiros responsáveis por essa construção foram os bandeirantes paulistas que, em busca de ouro, ocuparam o que constitui hoje os Estados de Goiás e Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa difícil marcha para o coração do país foi concluída com a instalação da capital federal em Brasília, em 21 de abril de 1960. Das duas primeiras capitais que marcaram o começo dessa aventura, Cuiabá (Mato Grosso), perto do centro geográfico da América do Sul, e Goiás, perto do centro geográfico do Brasil, apenas Goiás conservou uma estrutura urbana e uma arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu idêntica aquela encontrada pelos bandeirantes. Goiás é assim a última testemunha desse capítulo fundamental da história do Brasil. (DOSSIÊ DE GOIÁS, 1999)

Outras justificativas também foram inseridas no Dossiê de Goiás (1999) que foi entregue no ato da inscrição da cidade: o caráter excepcional comparada às cidades “coloniais”, nascidas da exploração das minas de ouro (como Ouro Preto) e de diamantes (Diamantina). Ressaltou-se que a arquitetura seria menos original do que a de Ouro Preto, sua paisagem menos extraordinária que a de Diamantina, mas, em contrapartida, Goiás permaneceu mais próxima de suas condições de origem e, nesse sentido, representava exatamente o que eram as cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX.

Sobre a autenticidade e a integridade, o documento reforçou que:

Goiás passou por uma estagnação econômica no século XIX e na primeira metade do século XX, e que perdeu seu “status” de capital em 1933, permaneceu à margem do desenvolvimento brasileiro. Somente da estagnação muito recentemente, em consequência de sua proximidade com Brasília. O que explica o fato de ter conservado intacto seu aspecto antigo. Além disso, durante essa época, as técnicas de construção e o uso das cores praticamente não mudaram, e as casas que trazem datas de 1927 ou 1928 estão inscritas numa continuidade atemporal. Apenas as fachadas apresentam variações: coloniais, neoclássicas, ecléticas e art-nouveau. Mas são precisamente essas variações que justificam a proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial. Goiás não é uma cidade do século XVIII, embora traga a sua marca indestrutível, é uma capital isolada de tudo por dois séculos, uma cidade que evoluiu lentamente, recebendo as modas estrangeiras com dezenas de anos de atraso, incorporando-as ao seu tecido urbano com uma arte tão admirável quanto inconsciente. (DOSSIÊ DE GOIAS, 1999)

A zona proposta para inscrição na lista do patrimônio mundial foi, essencialmente, a mesma zona tombada pelo IPHAN em 1978 a qual foi acrescentada uma parte da “zona de entorno”. Percebeu-se que era necessário não se limitar ao tombamento de 1978, e que algumas ruas típicas do século XIX, com uma arquitetura “eclética” ou “*art-nouveau*”, eram muito importantes para a compreensão da permanente evolução da cidade e deveriam ser protegidas. O IPHAN iniciou o processo de inclusão dessa área na “zona já tombada” em 1978.

A proposta para a lista da UNESCO inclui a zona do entorno do IPHAN, excluindo-se a parte incorporada à zona tombada. Uma parte dessa zona é constituída de espaços verdes e morros, onde as novas construções são objetos de severas restrições.

A Serra Dourada, cuja presença é tão importante na paisagem de Goiás, está sendo progressivamente protegida. Em 1969, a Universidade Federal de Goiás criou a

Reserva Biológica de Serra Dourada, denominada Reserva Professor Rizzo. Em 1988, o Estado de Goiás criou uma Área de Proteção Ambiental (APA Serra Dourada).

Dessa maneira, torna-se necessário levantar, a seguir, os aspectos históricos desse patrimônio.

2.4. Aspectos Históricos do Patrimônio

A povoação do Centro-Oeste brasileiro teve início a partir da vigésima sétima bandeira que a esta região se dirigiu. O processo de ocupação caracterizou-se pela formação de aglomerados esparsos, estrategicamente localizados nas margens dos córregos e dos rios, ricos em ouro de aluvião. Nessa fase, surgiram os povoados de casebres, espécies de acampamentos provisórios, que se desenvolviam ao saber das conveniências dos descobridores — seus primeiros ocupantes, cuja consolidação estava condicionada à produção das lavras aluvionais. (COELHO, 1999)

De acordo com Coelho (1999), a primeira ocupação se deu na região do Rio Vermelho. Em 1727, Bartolomeu Bueno da Silva Filho fundou solenemente o Arraial de Sant'Ana, às margens do Rio Vermelho e no sopé da Serra Dourada. Esse seria o primeiro povoado em torno do qual, às margens do córrego, multiplicariam-se os centros de garimpos: Santa Rita, Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino. (COELHO, 1999).

Naquela ocasião, definiu-se também que o Arraial de Sant'Anna sediará sua administração e para tanto, providenciou-se a construção da primeira edificação pública: uma igreja em homenagem a Nossa Senhora de Sant'Ana (substituída pela atual Catedral de Santana).

A criação se deu oficialmente em 26 de julho de 1739, quando foi lavrada uma ata de fundação da vila, que justificava a escolha do Arraial de Sant'Anna e lhe atribuía o nome de Vila Buena, depois Vila Boa, em homenagem a seu fundador.

Se a vila foi mal localizada por conveniência do garimpo, oferecia, entretanto, condições deslumbrantes de paisagem e de recursos naturais para florescimento de uma cidade. Pela beleza que a região conserva até hoje, pode-se imaginar o que tenha sido no passado uma povoação atravessada por um rio de águas transparentes, envolvida por matas e circundada pela brilhante Serra Dourada.

Com a fundação da vila, tem início um novo estágio da evolução urbana de Vila Boa, com a consolidação do traçado urbano a partir da implantação dos equipamentos públicos. Nesse mesmo século, são construídas as obras públicas de maior importância da cidade:

1727 - Capela de Sant'Anna (atual Catedral de Santana): em 1743 foi demolida e levantada em seu lugar uma outra em estilo barroco espanhol, tendo funcionado para a Semana Santa de 1745. Em 1759, novamente veio abaixo e, depois de várias tentativas, somente em 1958 é que se reiniciou a sua construção. (Figura 5)



Figura 5: Catedral de Santana
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 6: Igreja de Nossa Senhora do Rosário
Fonte: A. B. T. (2011)

1734 - Igreja Nossa Senhora do Rosário: levantada pelos escravos, foi demolida e reedificada em 1934 pelos padres da Ordem Dominicana. (Figura 6)

1747 - Quartel do 20º Batalhão de Infantaria: por ter sido mal construído e pequeno para abrigar as tropas, D. João Manoel de Melo pediu autorização para aumentá-lo. Após a restauração, adquiriu a forma que apresenta atualmente. A partir de 1824, o Quartel sofreu várias modificações: com a República passou a abrigar a 6ª Companhia de

Caçadores, que permaneceu na cidade de Goiás até 1937, quando da mudança da capital para Goiânia. O Quartel serviu para aquartelar os 542 homens que lutaram na Guerra do Paraguai. Depois de desocupado pelo exército, o prédio teria tido diversas ocupações, até ser desocupado em 1976. (Figura 7)



Figura 7: Quartel
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 8: Casa de Fundição
Fonte: A. B. T. (2011)

1752 - Casa de Fundição: neste local se fundia ouro extraído das minas para o comércio com outras capitanias. (Figura 8)

1755 - Palácio Conde dos Arcos: construído para servir de residência e Palácio de Despachos dos Governadores. No decorrer do séc. XIX, o Palácio passou por várias modificações e acréscimos: entre 1809 e 1820 teria sido reedificado. Em 1854/1855 foi aumentado com um grande refeitório. Em 1867, foi construído o terraço lateral e em 1886 foi feita uma reforma geral em todo o edifício, com modificações na fachada, alterada em seus elementos característicos. Outras modificações ocorreram no séc. XX, alterando-se os espaços internos, com demolições e acréscimos de paredes, abertura de vãos e divisão de

cômodos. Até a mudança da capital para Goiânia em 1937, o Palácio Conde dos Arcos serviu como residência dos Governadores, passando a partir daí a sediar a Prefeitura Municipal. Em 1961, passou a ser considerado monumento histórico, e atualmente, por ocasião do aniversário da cidade (26 de julho), serve de sede provisória ao Governo Estadual que para lá se transfere todos os anos. (Figura 9)



Figura 9: Museu e Palácio Conde dos Arcos
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 10: Igreja de São Francisco de Paula
Fonte: A. B. T. (2011)

1761 - Igreja de São Francisco de Paula: sede da Irmandade do Senhor dos Passos. Erigida sobre um platô, acima do nível da rua, possui fachada simples, não apresentando diferença quanto aos demais templos da cidade. O pátio dessa Igreja é um dos principais pontos da encenação da Semana Santa. (Figura 10)

1761 - Casa de Câmara e Cadeia Pública / Museu das Bandeiras: o prédio foi construído conforme projeto existente no Arquivo Nacional Português de Marinha e Ultramar, no reinado de D. José I. A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás segue o programa de necessidade costumeiro a esse tipo de edifício. Fundado em 1950, o Museu das Bandeiras reúne obras de artesanato produzidas na área do Estado de Goiás, um riquíssimo arquivo de documentos sobre a administração da capitania e da província dos

períodos Colonial, Reino Unido, Império e República. Possui, também, um acervo rico em peças do mobiliário colonial goiano, elementos de arquitetura de talha religiosa, utensílios antigos ornamentados e equipamentos domésticos, incluindo prataria dos séculos XVIII e XIX. (Figura 11)



Figura 11: Museu das Bandeiras
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 12: Chafariz de Cauda da Boa Morte
Fonte: A. B. T. (2011)

1778 - Chafariz de Cauda da Boa Morte: a fonte da Boa Morte tinha por finalidade abastecer de água potável as casas que, nesse ponto da cidade, encontravam-se distantes da única fonte existente — a da Cambaúba, hoje da Carioca. Para isso, foram utilizadas as águas do córrego Chapéu de Padre, canalizadas em bicas de aroeira e em blocos de pedra-sabão. Posteriormente foi feito novo duto, betumado e de laje. Durante mais de dois séculos correram por suas bicas e torneiras, as águas desviadas e canalizadas do córrego Chapéu de Padre. A instalação de água da rede pública nas residências e mais recentemente a poluição do córrego, fizeram com que o Chafariz fosse abandonado, voltando a funcionar após passar por cuidadosa obra de restauração, quando foi eliminado o antigo duto, passando o abastecimento a ser feito por água tratada da rede pública. É um

dos belos monumentos coloniais do Brasil, com suas formas barrocas e motivos rococós. (Figura 12)

1779 - Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte / Museu de Arte Sacra da Boa Morte: construída sobre os alicerces de uma das casas de Bartolomeu Bueno da Silva. Em 1778, já em ruínas, a capela foi cedida à Irmandade dos Homens Pardos, que no ano seguinte levantou a segunda igreja, onde atualmente se encontra. Possui no seu acervo uma coleção de peças executadas pelo meia-pontense José Joaquim da Veiga Valle. (Figura 13)



Figura 13: Museu de Arte Sacra da Boa Morte
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 14: Ermida de Santa Bárbara
Fonte: A. B. T. (2011)

1780 - Ermida de Santa Bárbara: construída a pedido de devotos, está localizada sobre um outeiro de onde se avista toda a cidade de Goiás. Alcançada através de uma escadaria, a Igreja de Santa Bárbara encontra-se no centro de um pátio murado, revestido de lajes de pedra. A igreja de Santa Bárbara está situada em ponto elevado da Serra Dourada. A Santa protege a cidade contra raios e tempestades. (Figura 14)

1786 - Igreja Nossa Senhora do Carmo: construída em meados do séc. XVIII e cedida à Confraria de São Benedito dos Homens Pardos Crioulos, ocupada a partir de 1786. (Figura 15)



Figura 15: Igreja de N. Senhora do Carmo
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 16: Igreja de N. Senhora da D'Abadia
Fonte: A. B. T. (2011)

1790- Igreja Nossa Senhora D'Abadia: construída com esmolas do povo, a Igreja forma com o casario que sobe desde o largo do Rosário até o cruzamento com a rua Passo da Pátria, um bonito conjunto arquitetônico. Representa, juntamente com a Igreja de São Francisco de Paula, as duas únicas igrejas que ainda preservam os tetos decorados em Goiás. (Figura 16)

1796 - Igreja de Nossa Senhora da Lapa: pertencia à Irmandade dos Mercadores, foi destruída em 1839 pela grande enchente do rio Vermelho. Sobre o seu esteio mestre, ergueu-se em 1918 a Cruz do Anhangüera. (Figura 17)



Figura 17: Cruz do Anhanguera
Fonte: A. B. T. (2011)

Através da planta da vila, datada de 1782, percebe-se que a localização dos equipamentos, a disposição topográfica do terreno, os riachos e as matas devem ter definido o traçado urbano.

Portanto, o traçado gerado apresenta-se nos moldes das cidades coloniais brasileiras, cujo desenho constitui uma malha irregular moldada ao terreno que, por ser acidentado, propicia uma paisagem urbana movimentada, harmônica e bastante agradável.

A consolidação desse núcleo original, registrado em 1782, que até hoje se encontra praticamente inalterado, ocorreu durante o apogeu do ouro. E, com a decadência da mineração, a partir de 1783, esse núcleo urbano passou por um processo de estagnação, decorrente de um decréscimo de população. Parte dela imigrou para outros territórios ou dispersou-se para a zona rural, para dedicar-se à agricultura de subsistência. Então, Vila Boa passa a ter uma única função: sediar a Capital da Província. (COELHO, 1998).

Depois de 1804, o crescimento e a expansão de Vila Boa se processaram lentamente. Esse crescimento vegetativo não modificou significativamente o espaço urbano consolidado durante o auge da mineração. (COELHO, 1998).

Por outro lado, foi nesse período que se processou uma mudança significativa do modo de vida de Vila Boa. Ao contrário dos primeiros ocupantes — que se

preocupavam somente com o enriquecimento rápido e com a volta aos seus lugares de origem —, os habitantes de Vila Boa, ao criarem raízes, a partir da decadência da mineração, sentiram a necessidade de uma estrutura mais completa para o desenvolvimento de uma vida urbana satisfatória, nos moldes dos outros centros urbanos da época.

Somente no século dezenove que aparecem com mais expressão as manifestações artísticas e culturais, os primeiros jornais; quando também são construídas obras públicas de grande importância para a vida na cidade, como:

1826 - Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: criado por ordem imperial. (Figura 18)



Figura 18: Hospital de Caridade S. Pedro de Alcântara
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 19: Lyceu de Goiás
Fonte: A. B. T. (2011)

1846 - Lyceu de Goiás: sede do segundo estabelecimento de ensino secundário do país. (Figura 19)

1857 - Teatro São Joaquim: possibilitou a realização de diversos eventos e passou a ser opção de lazer e palco de apresentações culturais da população. (Figura 20)

1857 - Mercado Municipal: seu funcionamento tem regulamento de 27 de setembro. (Figura 21)



Figura 20: Teatro São Joaquim
Fonte: A. B. T. (2011)



Figura 21: Mercado Municipal
Fonte: A. B. T. (2011)

1858 - Cemitério São Miguel: possui inúmeras obras de arte sobre algumas sepulturas, como inscrições, rosáceas e outros artefatos em pedra sabão. (Figura 22)



Figura 22: Cemitério São Miguel
Fonte: A. B. T. (2011)

1864 - Gabinete Literário Goiano: biblioteca pública particular de 5.000 volumes. Foi a primeira Biblioteca de Estado com 100 sócios. Obras raras antigas ali são conservadas.

1882 - Matadouro Municipal.

Dividida em dois lances pelo Rio Vermelho, tinha a cidade à margem esquerda o elemento oficial: residências do Governador e do Bispo, seminário, liceu, quartéis do

exército e da polícia, repartições federais, correio e telégrafo, cadeia e mercado, matadouro, igrejas principais.

À margem direita, frades Dominicanos construíram o seu convento, ao lado da velha Igreja do Rosário, contemporânea de Anhanguera. Ali também se acham os pequenos templos do Carmo e da Abadia, o cemitério, e mais longe, no cume de um outeiro que dominava a cidade, a branca Ermida de Santa Bárbara, com o seu largo átrio externo e muro de pedra sabão.

As modificações mais marcantes dizem respeito às edificações isoladas. Em 1889, o Colégio Santana foi fundado pelas Irmãs Dominicanas da Província Francesa. Em 1906, foi construído o Coreto da praça, enquanto que em 1922, o Prédio do Fórum fora construído em substituição ao antigo Tribunal de Relação. A Catedral de Santana, local onde foi edificada a primeira capela, dedicada a Sant'Anna, 1727, por Bartolomeu Bueno, ruiu e foi reconstruída várias vezes. O teatro São Joaquim foi demolido em 1927 e no local foi construído o Hotel Municipal. Na Igreja Nossa Senhora da Lapa foi erigida a Cruz do Anhanguera, em 1918. A Igreja do Rosário construída em 1734 foi substituída pela atual, cujo partido arquitetônico não corresponde em nada àquela contemporânea dos tempos do Anhanguera. (COELHO, 1999)

O patrimônio da Cidade de Goiás foi retratado nas poesias de Cora Coralina, doceira e poetisa, que produziu uma obra poética rica em motivos do cotidiano do interior brasileiro, em particular dos becos, palácios, sobrados, pedras, pontes e ruas históricas de Goiás. Cora demonstrou, também, a relação da comunidade com os turistas.

A cidade de Goiás, sendo um conjunto social tradicionalista
E fechado, não entendeu nem justificou o turista.
Acostumada a receber visitas, dispensar atenções e cortesia
Aos que chegam, não o entende e se surpreende, com esse tipo novo
E suas atitudes desatentas, longe do padrão aceito e requerido.
Quem faz visitas tem praxe e um protocolo, mesmo modesto,
de apresentação, estatuído e conservado.
Traz um laço remoto com a terra, com a cidade e suas famílias.
Estranho que seja tem uma linha definida e aceita.
Já o turista foge a esse padrão.
É diferente e indiferente.
Descontraído, displicente, impessoal, chiclete.
Entra porque a casa está aberta, costume de Goiás. [...]
Portas abertas. O turista vai entrando como em terra de ninguém.
Indiferente a uns tantos princípios.
Abrogou de normas sociais corriqueiras. [...]

É um passante, anônimo, genericamente turista,
 De curiosidade despolida
 Que agride a família tradicional, não muito flexível
 E que qualifica esta atitude de desplante. [...]

Tem mais: a liberdade que tomam de invadir.
 Vão entrando, salas, quartos, cozinha, quintal.
 Nem cumprimentaram a dona da casa presente.
 Tudo com a liberdade indiferente de um passante
 sem nome e sem retorno.
 Não ligam ao juízo que possam fazer desta conduta inédita
 nos reinados de minha Cidade.
 Afinal que o turista vem e vai.
 Nem abrem caminho ao turismo informativo e social,
 que muitos procuram. E como a cidade ainda não tem seus guias
 como em todas as partes, eles não se limitam
 ao que Goiás oferece publicamente.
 Igrejas e museus de portas fechadas e falta de guias.
 Vale muito aqui o artesanato comercial,
 bem amplo do pátio interno
 do Convento Dominicano,
 que mantém uma cooperativa em benefício de artesãos,
 espalhados ao acaso da cidade. [...]

Nenhuma censura nesta análise. Tempos novos. Gente nova, desligada de práticas
 remotas e de um passado distante. (CORALINA, 1985, p.158)

Cora Coralina demonstra que neste período, início da década de 80, a Cidade de Goiás já recebia turistas, porém não estava preparada como destino turístico e os moradores se sentiam invadidos pelos visitantes. Em sua poesia, Cora demonstrava que havia preconceito da população local em relação ao turista. Faltava, ainda, guias de turismo, os museus e igrejas eram fechados, não havia rede hoteleira e tampouco, restaurante.

A Cidade de Goiás era tradicional, os moradores se sentiam invadidos, somente os moradores que tinham seus interesses econômicos é que lutavam pelo desenvolvimento turístico da localidade.

Este capítulo abordou os aspectos históricos do patrimônio e as bases econômicas de Goiás, bem como sua origem e ocupação, além das políticas públicas de turismo. As pesquisas e os apontamentos contribuíram para entender as questões relativas às políticas públicas, discutindo aspectos do patrimônio cultural e natural, e da cultura imaterial da Cidade de Goiás.

CAPÍTULO 3. A SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS EMPREENDEDORES E GESTORES TURÍSTICOS

Neste capítulo, pretende-se evidenciar a metodologia utilizada na pesquisa, que buscou levantar as expectativas dos empreendedores turísticos e gestores públicos, bem como expor as análises dos resultados encontrados.

3.1 Metodologia

Para a realização deste trabalho, inicialmente, a pesquisa foi bibliográfica e documental. Bibliográfica porque para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho foi feita investigação sobre os seguintes assuntos: evolução histórica e econômica de Goiás, patrimônio cultural como atrativo turístico, desenvolvimento sustentável, dentre outros. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de um questionário (Apêndice A) estruturado com base na Escala Likert e, para a realização de entrevistas com os gestores públicos locais, elaborou-se um roteiro semiestruturado (Apêndice B) com o intuito de conhecer: as medidas adotadas pela administração pública local que estabelecem a relação entre as questões do patrimônio e a visitação dos turistas; a interrelação entre os órgãos públicos, a iniciativa privada e a comunidade local na cidade de Goiás; os impactos causados pelo turismo na cidade; se as políticas públicas voltadas para o turismo seguem o que é proposto pelo Plano Nacional de Turismo; e, finalmente, o porquê de Goiás não ter sido considerada cidade indutora do turismo pelo Ministério do Turismo.

Como explicitado anteriormente, participaram da entrevista e contribuíram com informações a Diretora do Instituto de Pesquisas Turísticas, Flávia Rabelo e o Diretor do Museu e Palácio Conde dos Arcos, José Filho Costa Pereira Amâncio. Com a intenção de buscar mais informações sobre o FICA, fez-se contatos por meio eletrônico e por telefone com a Sra. Izabela Carvalho, sócia-proprietária da QI Empresarial e Soluções Autossustentáveis.

Em uma Escala Likert, os entrevistados escolhem uma das alternativas seguintes: (MA) muito de acordo, (A) acordo, (I) indeciso, (D) em desacordo, (MD) muito

em desacordo. Numa pontuação que varia de 1 a 5 pontos, os itens positivos recebem uma pontuação maior, ao contrário dos itens negativos que obtêm uma pontuação menor.

Para Richardson (1999), Likert desenvolveu a metodologia de medição das atitudes, isto é, a escala de atitudes. Esta técnica parte do princípio que podemos medir as atitudes através das respostas verbais dos indivíduos, ou seja, das opiniões e avaliações que os sujeitos efetuam acerca de uma determinada situação. Neste âmbito, propõe-se ao sujeito uma série de proposições padronizadas e solicita-se o grau de acordo com cada uma delas. O conjunto de respostas obtidas indicará a direção e a intensidade da atitude.

A Escala de Likert é adequada quando procuramos avaliar o grau de concordância relativa a uma determinada questão, pois é a mais abrangente devido à sua composição.

Visando facilitar a sistematização das informações coletadas, os indicadores subjetivos podem ser estruturados em questionários com uma escala ordinal de preferências, visto que a Escala Likert, envolve uma afirmação apresentada juntamente com uma escala em que o entrevistado pode concordar inteiramente, concordar, não perceber mudanças, discordar, ou discordar completamente. Vale ressaltar que a Escala Likert dá a intensidade relativa da opinião dos informantes, embora não forneça valores às lacunas. A preferência por esse tipo de escala se deve ao fato de que as escalas mais desagregadas, em geral, aumentam a complexidade da avaliação sem aportar qualidade adicional à informação obtida.

A pesquisa de campo foi realizada nos dias 11 e 12 de setembro de 2010, onde a pesquisadora deslocou-se a Cidade de Goiás de maneira a aplicar os questionários aos empreendedores turísticos locais, conforme a opção de abordar todos os empreendedores turísticos do centro histórico da cidade. Escolheu-se esta data de maneira a obter dados após eventos importantes e a alta temporada no município, buscando-se mais isenção nas informações.

Vale ressaltar que conforme explicitado, após vários levantamentos, o universo da pesquisa compreenderia em quarenta e dois (42) empreendedores turísticos da cidade de Goiás que possuíssem empresas com atividades de hospedagem (14), agenciamento (01), eventos (01), bares e restaurantes (17) e lojas de artesanatos (09) no centro histórico da

cidade. Este montante de 42 empreendimentos foi levantado com bases em dados obtidos junto à Prefeitura Municipal da Cidade de Goiás.

Definiu-se, ainda, que os sujeitos desta pesquisa seriam abordados nos seus empreendimentos ou na organização, na Cidade de Goiás, em horário comercial. A pesquisadora explicou detalhadamente aos sujeitos quanto aos riscos e benefícios em participar desta pesquisa acadêmica. Os sujeitos que concordaram em participar, receberam o documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A) composto por duas vias. A primeira via foi entregue ao sujeito e a segunda, depois de preenchida e assinada pelo mesmo, ficou sob a guarda da pesquisadora-responsável que as guardará por cinco anos. Ressalta-se que os sujeitos participantes apenas se identificaram no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, em hipótese alguma no questionário da pesquisa, impossibilitando assim identificar qual a resposta que cada participante elaborou.

Quando abordados, alguns sujeitos demonstraram irritados e impacientes com a pesquisa, outros se recusaram a participar alegando que não teriam tempo disponível e que não interessavam responder o questionário. Outra realidade encontrada foi a constatação da extinção de alguns empreendimentos. Outras dificuldades do método foram consideradas diante da resistência por parte de alguns sujeitos da pesquisa ao se recusarem a responder o questionário, alegando que poderiam ser repreendidos pelo poder público local.

Dessa maneira, a pesquisadora que já havia mapeado os empreendimentos locais para determinar a amostragem no projeto de pesquisa, deparou-se com essa dificuldade do método, e conseguiu aplicar 50% dos questionários para os seguintes empreendimentos:

- 05 meios de hospedagens;
- 01 agência de turismo;
- 06 bares e restaurantes;
- 09 lojas de artesanatos.

Diante desse montante, vale ressaltar que a empresa de eventos foi extinta e o seu proprietário mudou-se da cidade. Conseguiu-se aplicar os questionários, de maneira satisfatória para a agência e as lojas de artesanato. A pesquisadora não conseguiu atingir a amostragem nos meios de hospedagens e nos bares e restaurantes do centro histórico da cidade, pois muitos empresários se recusaram a responder os questionários alegando falta de tempo, falta de paciência e possível retaliação por parte do poder público local.

Após coletados, os dados foram analisados de maneira qualitativa e quantitativa (tabulação estatística das respostas do questionário), para que possibilitassem o fornecimento de respostas ao problema proposto e, num sentido mais amplo, se comparasse as respostas obtidas nos questionários com a bibliografia pesquisada no referencial teórico.

Para facilitar a análise e interpretação dos dados obtidos, os mesmos foram tabulados, eletronicamente, através do Software Microsoft Excel, para posterior ilustração por meio de gráficos.

3.2 Análises dos Resultados

Sendo assim, pretende-se discutir os resultados encontrados nas pesquisas de campo realizadas, assim como comparar as respostas obtidas nos questionários com a bibliografia pesquisada no referencial teórico.

Foram identificados 21 empreendimentos turísticos, sendo que 05 meios de hospedagens; 01 agência de turismo; 06 bares e restaurantes e 09 lojas de artesanatos. No questionário aplicado, foram levantadas questões que retratam o nível de consciência e atuação da população que serviriam como base para uma minuciosa análise.

Os empreendedores locais foram entrevistados quanto a assuntos referentes a investimentos na economia, ao meio ambiente, infraestrutura, responsabilidades pelo turismo, segurança e outros. Para a análise dos resultados, foram comparados alguns itens individuais e outros correlatos, que foram agrupados para um entendimento mais claro.

Sobre os investimentos na economia local, 52% dos entrevistados estão de acordo que houve maiores investimentos após o recebimento do título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Entretanto, os 48% restantes se posicionaram em desacordo com tal afirmação. Isto pode ser ratificado no item sobre o aumento de oportunidades de empregos e de negócios, quando se observa que 62% dos entrevistados estão em desacordo, demonstrando frustrações, pois acreditavam que os investimentos seriam feitos na economia local e que novas oportunidades de empregos e de negócios seriam efetivadas na cidade.

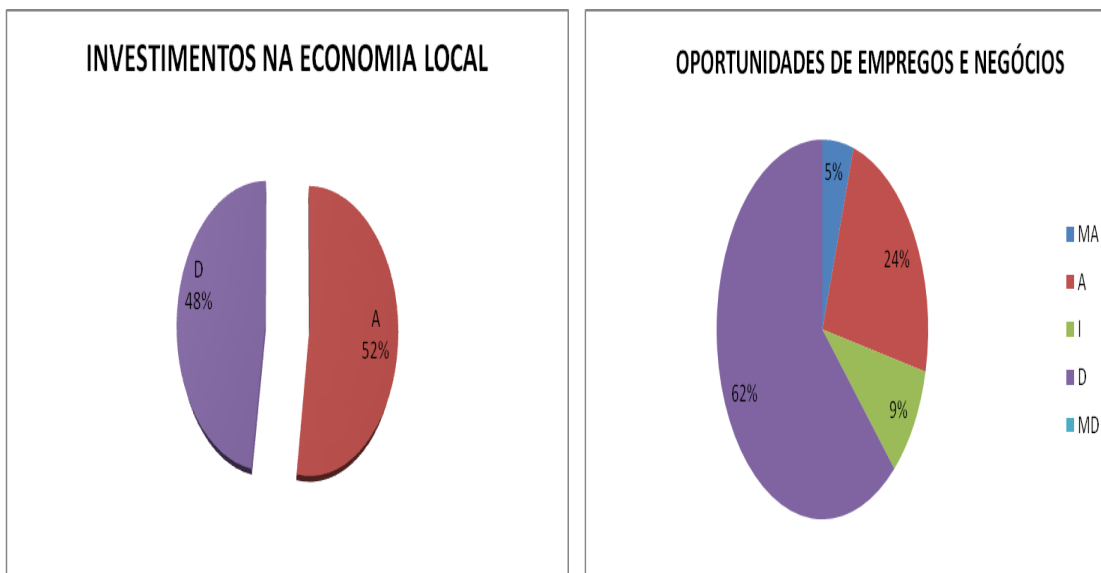


Gráfico 1: Investimentos na Economia Local
Fonte: A. B. T. (2011)

Gráfico 2: Oportunidades de Empregos e Negócios
Fonte: A. B. T. (2011)

Assim, de acordo com Trigo (1993, p.109), o turismo pode trazer inúmeros benefícios para a localidade, se bem conduzido por profissionais qualificados e capacitados para tal processo, por meio de um planejamento territorial abrangendo uma capacidade local e regional, tais como: maior capital de giro, maior oferta de empregos diretos e indiretos, novas fontes de renda para pequenos produtores, criação de novas divisas econômicas, maior preocupação em relação à consciência política e cidadã e ao meio ambiente (sua conservação e proteção), crescimento da visibilidade desta localidade em relação a outras populações por meio do *marketing* turístico etc. Tudo isto demanda ao município responsabilidade de se organizar, propor políticas públicas e planejar o turismo, juntamente com órgãos estaduais, federais, ONGs e também o setor privado.

Há uma constatação quanto ao item respeito ao meio ambiente: 57% estão em desacordo e 5% em muito desacordo, totalizando 62% dos entrevistados afirmando que as pessoas não respeitam o meio ambiente. Quando abordados sobre se houve melhoria da qualidade do meio ambiente, 52% apontaram positivamente, enquanto que 10% se posicionaram indecisos e 32% em desacordo. Em contrapartida, 62% dos entrevistados afirmam que o lixo deixado pelo turista polui a água e os lugares. Um item que chamou a atenção foi o fato de 71% afirmarem que com o aumento do fluxo de turistas não houve aumento de barulho na cidade.

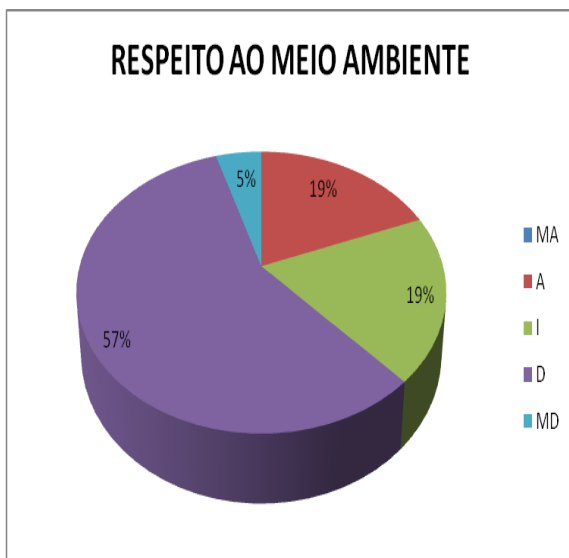


Gráfico 3: Respeito ao Meio Ambiente
Fonte: A. B. T. (2011)

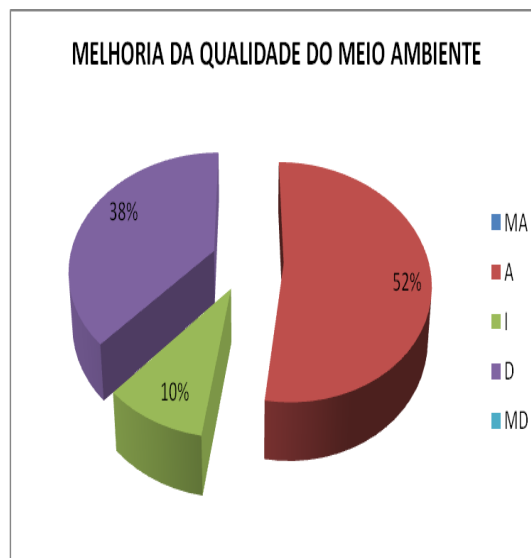


Gráfico 4: Melhoria da Qualidade do Meio Ambiente
Fonte: A. B. T. (2011)

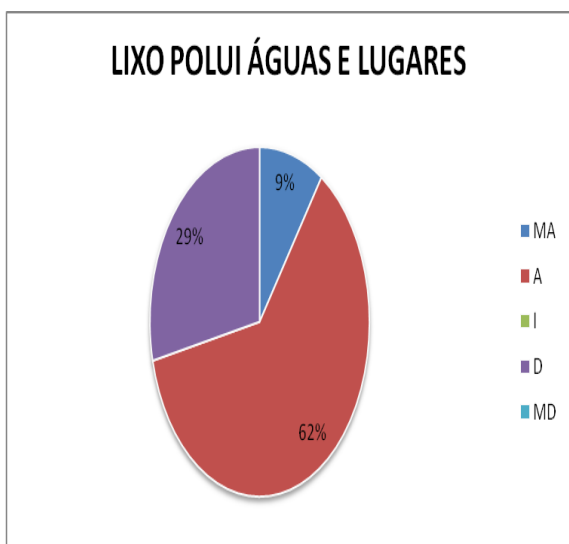


Gráfico 5: Lixo Polui Águas e Lugares
Fonte: A. B. T. (2011)

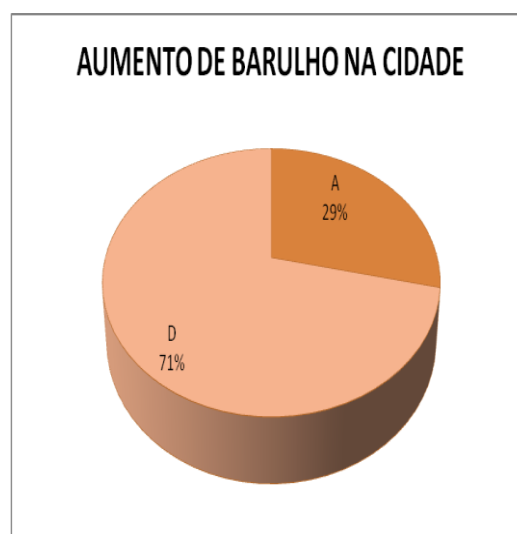


Gráfico 6: Aumento do Barulho na Cidade
Fonte: A. B. T. (2011)

QUESTÕES	MA	A	I	D	MD
As pessoas respeitam o meio ambiente	0	19%	19%	57%	5%
Houve melhoria na qualidade do meio ambiente	0	52%	10%	38%	0
O lixo deixado pelo turista polui águas e os lugares.	9%	62%	0	29%	0
O barulho na cidade tornou-se maior	0	29%	0	71%	0

Quadro 3: Meio Ambiente
Fonte: A.B. T.(2011)

Em relação à infraestrutura básica da cidade, 71% e 24% estão de acordo e muito de acordo que o esgoto, o abastecimento de água e de energia elétrica tem

melhorado. Ratificando o item que aborda a coleta de lixo, quando de maneira unânime, todos responderam que a mesma é frequente.

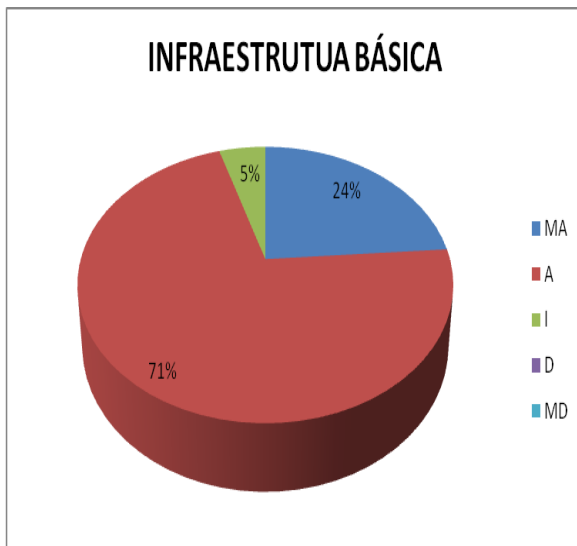


Gráfico 7: Infraestrutura Básica
Fonte: A. B. T. (2011)

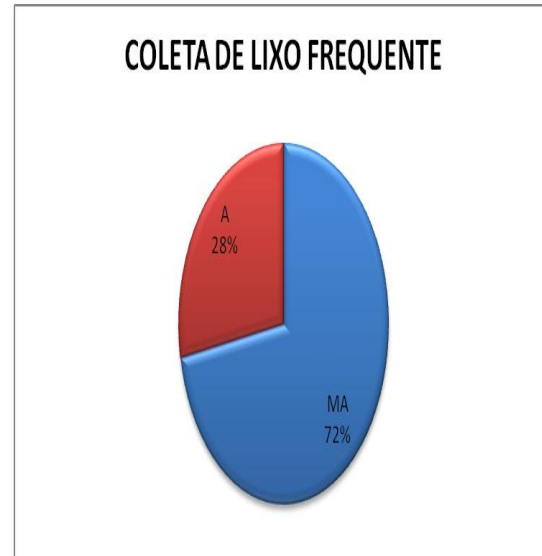


Gráfico 8: Coleta de Lixo Frequente
Fonte: A. B. T. (2011)

Quanto à responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo: 86% admitiram que é da competência do governo municipal; 92% responsabilizaram o empresariado; 90% atribuíram à comunidade essa responsabilidade; os organismos internacionais foram apontados por 76% dos respondentes. Percebe-se a clareza na identificação dos papéis assumidos pelo setor público, a iniciativa privada, comunidade e entidades.

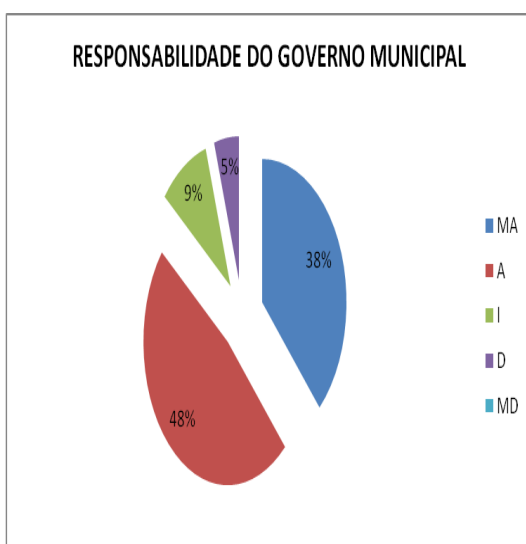


Gráfico 9: Responsabilidade do Governo Municipal
Fonte: A. B. T. (2011)

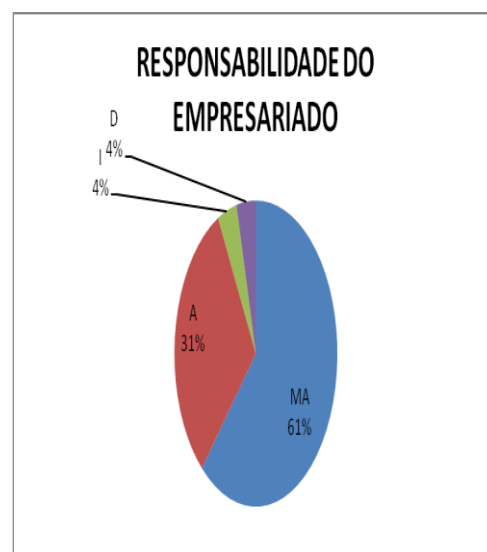


Gráfico 10: Responsabilidade do Empresariado
Fonte: A. B. T. (2011)

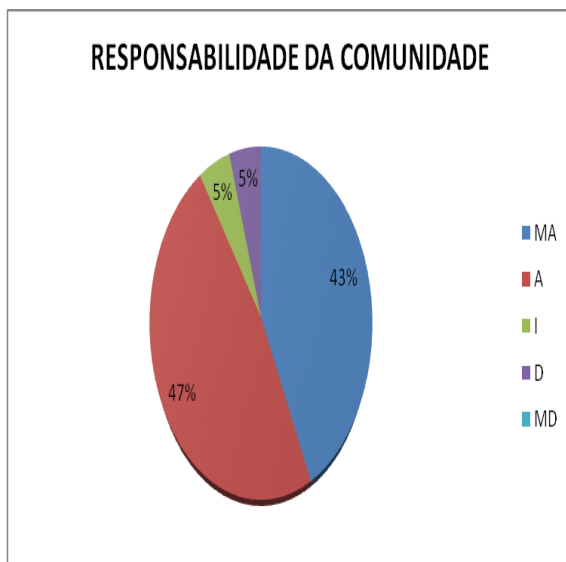


Gráfico 11: Responsabilidade da Comunidade
Fonte: A. B. T. (2011)

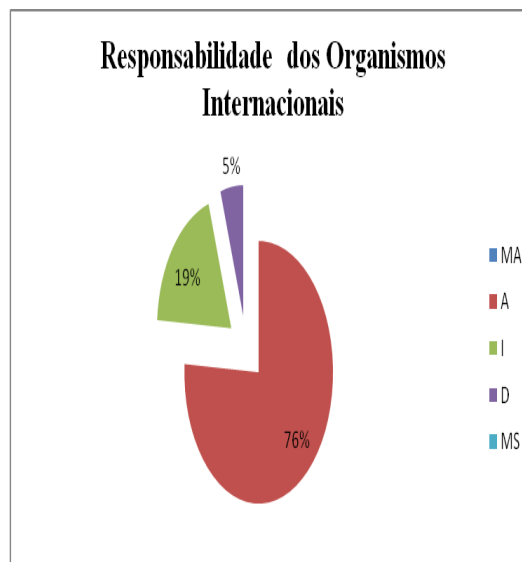


Gráfico 12: Responsabilidade das Entidades
Fonte: A. B. T. (2011)

QUESTÕES	MA	A	I	D	MD
Responsabilidade do Governo Municipal	38%	48%	9%	5%	0
Responsabilidade do Empresariado	61%	31%	4%	4%	0
Responsabilidade da Comunidade	43%	47%	5%	5%	0
Responsabilidade dos Organismos Internacionais	0	76%	19%	5%	0

Quadro 4: Responsabilidades
Fonte: A. B. T. (2011)

Com relação ao item segurança, 71% dos entrevistados estão em desacordo, demonstrando que apesar do aumento de turistas na cidade, não houve aumento dos assaltos, roubos, prostituição, drogas e crimes em geral. Apenas 19% registraram esse aumento e 10% se expressaram indecisos. Este foi um ponto positivo levantado nesta pesquisa, já que muitos autores vêm se referindo contrários a estas possibilidades.

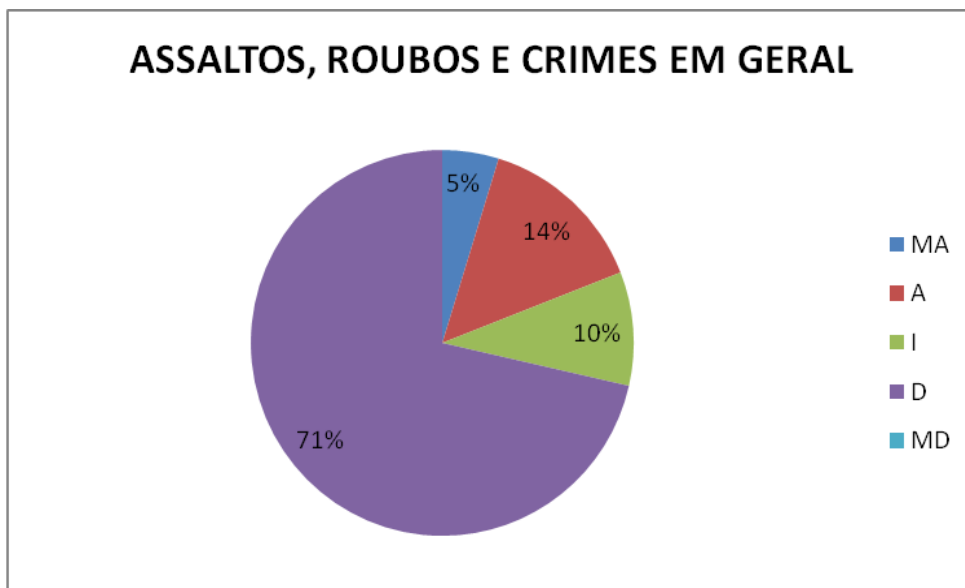


Gráfico 13: Assaltos, Roubos e Crimes em Geral
Fonte: A. B. T. (2011)

No que tange às atribuições da comunidade, de maneira unânime, todos entendem que a comunidade deve atender bem o turista e deve, também, zelar pelos atrativos turísticos.



Gráfico 14: Comunidade Deve Atender Bem o Turista
Fonte: A. B. T. (2011)



Gráfico 15: Comunidade Deve Zelar Pelos Atrativos
Fonte: A. B. T. (2011)

A participação do empresariado na qualificação da mão de obra local foi opção de 95% dos entrevistados e todos concordam que o empresariado deve respeitar o turista.

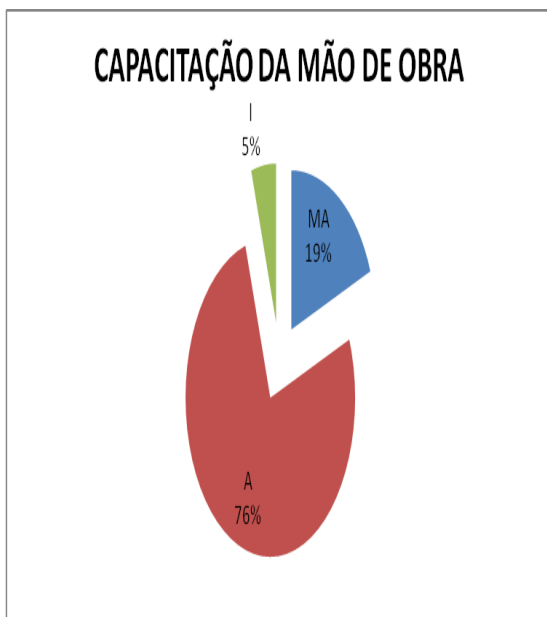


Gráfico 16: Capacitação da Mão de Obra
Fonte: A. B. T. (2011)

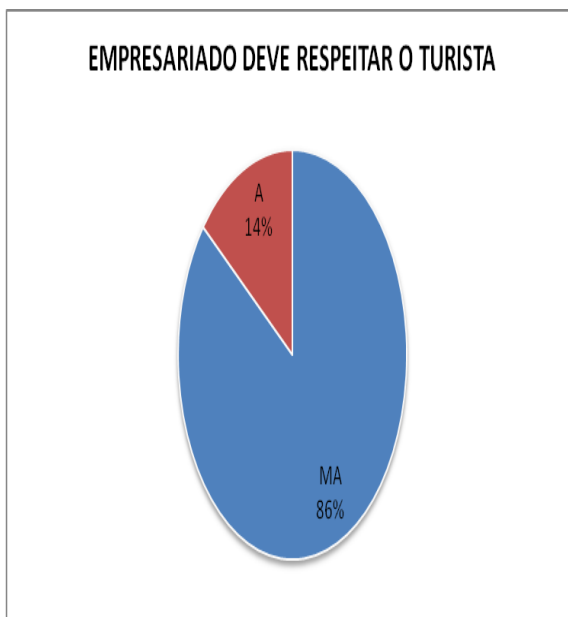


Gráfico 17: Empresariado Deve Respeitar o Turista
Fonte: A. B. T. (2011)

No que se refere à conservação do patrimônio, a maioria (90%) acredita que o patrimônio está sendo conservado.

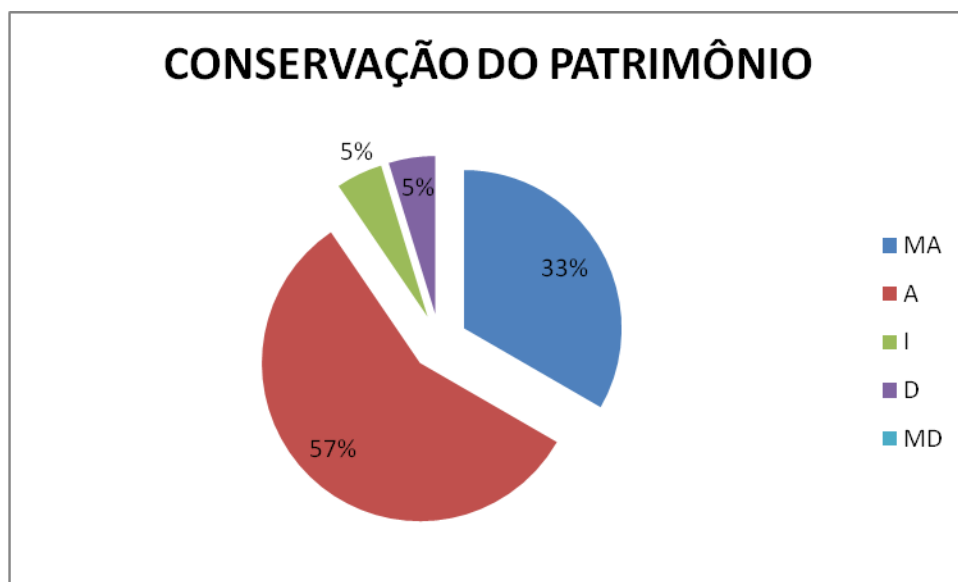


Gráfico 18: Conservação do Patrimônio
Fonte: A. B. T. (2011)

Alguns aspectos relevantes foram levantados com relação à sinalização turística e a promoção local. A maioria (81%) concorda que a Cidade de Goiás não tem placas de sinalização e 95% afirmam ser da responsabilidade do poder público municipal a instalação de postos de informações turísticas.



Gráfico 19: Não Há Sinalização Turística
Fonte: A. B. T. (2011)

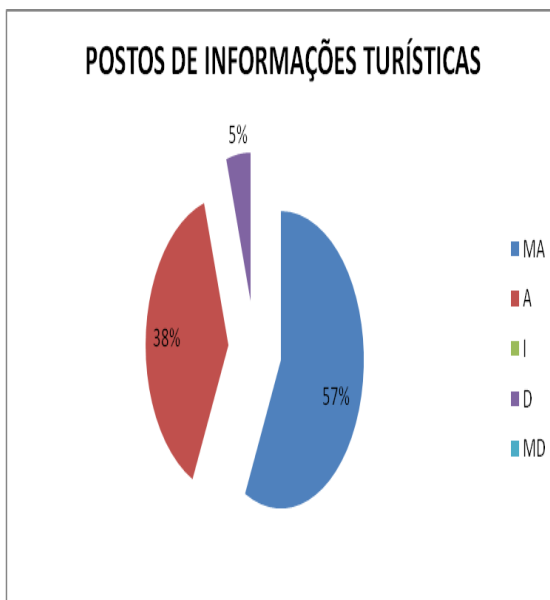


Gráfico 20: Postos de Informações Turísticas
Fonte: A. B. T. (2011)

Outro aspecto relevante é que 90% concordaram que os turistas reclamam dos horários de visita dos museus. A maioria, 95%, afirma que o turista é bem-vindo à Cidade de Goiás. Além disso, 52% afirmam que os turistas influirão no modo de vida das pessoas.



Gráfico 22: Turista Bem-vindo à Cidade
Fonte: A. B. T. (2011)

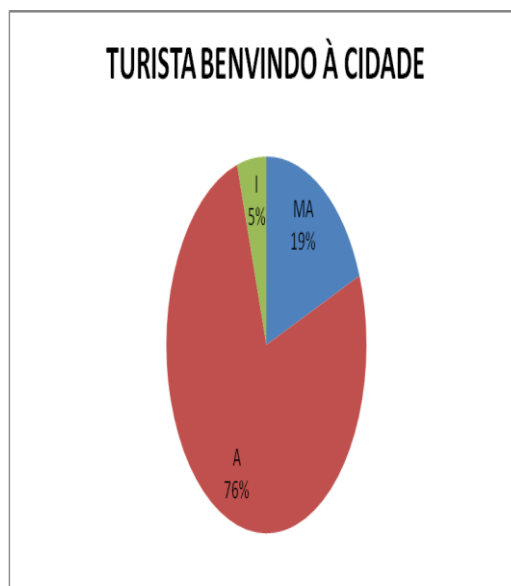


Gráfico 21: Reclamações dos Horários dos Museus
Fonte: A. B. T. (2011)

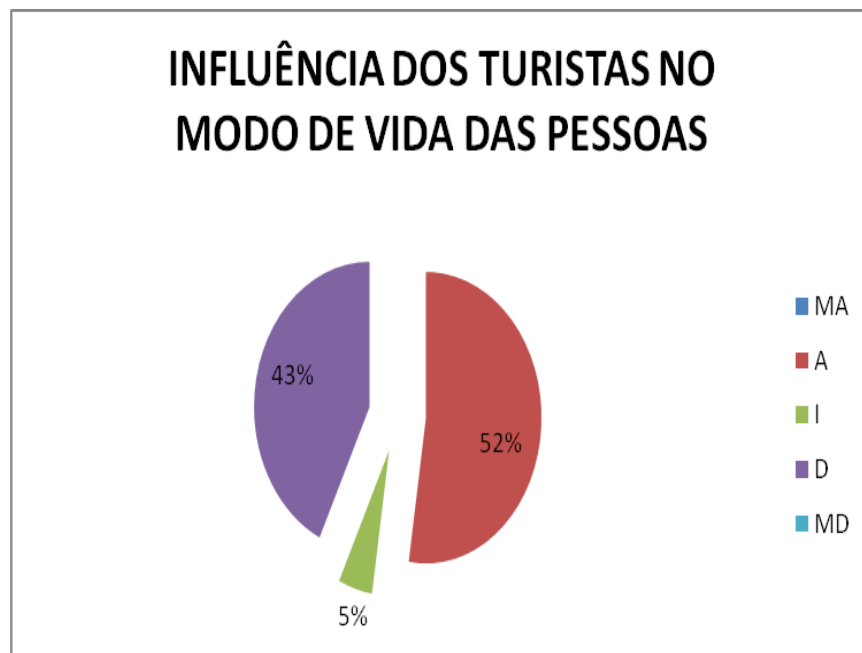


Gráfico 23: Influência dos Turistas no Modo de Vida das Pessoas
Fonte: A. B. T. (2011)

QUESTÕES	MA	A	I	D	MD
Os turistas reclamam dos horários de visitas dos museus	76%	14%	0	10%	0
Turista é bem-vindo à cidade de Goiás	195	76%	5%	0	0
Os turistas influem no modo de vida das pessoas	0	52%	5%	43%	0

Quadro 5: Participação do turista

Fonte: A.B.T. (2011)

Importante destacar que, quando questionados se o município está preparado para receber turistas, 38% disseram estar em desacordo; 33% ficaram indecisos e 24% estão de acordo com a afirmação. Quanto ao item “a presença de turista incomoda os moradores”, 71% colocaram-se em desacordo. Verificou-se que os empreendedores percebem que a cidade não está preparada para receber turistas. A maioria não vê o turista como um transtorno para a comunidade, o que deve ser visto com restrições, já que estas pessoas ganham com o turismo. Isto é ratificado no item “com o dinheiro que deixa, o turista ajuda a melhorar a cidade”, quando 86% concordam com esta afirmação.

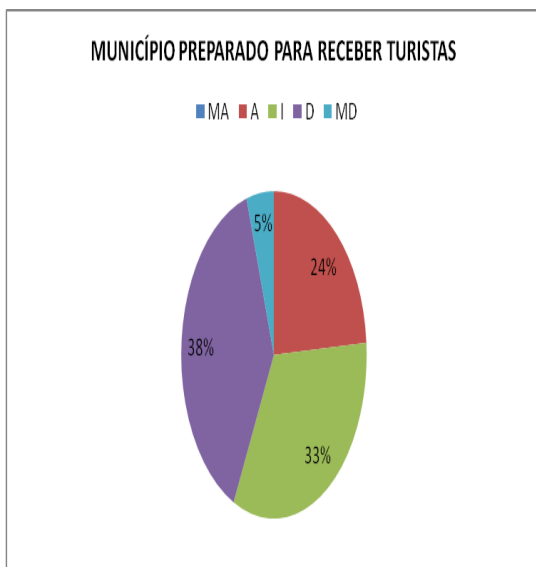


Gráfico 24: Município Preparado para Receber Turistas
Fonte: A. B. T. (2011)

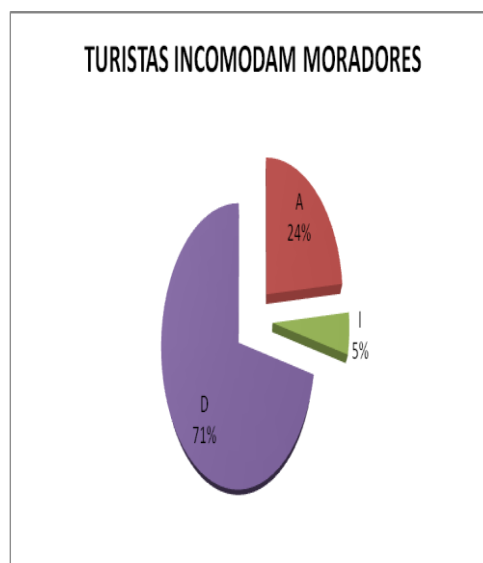


Gráfico 25: Turistas Incomodam Moradores
Fonte: A. B. T. (2011)

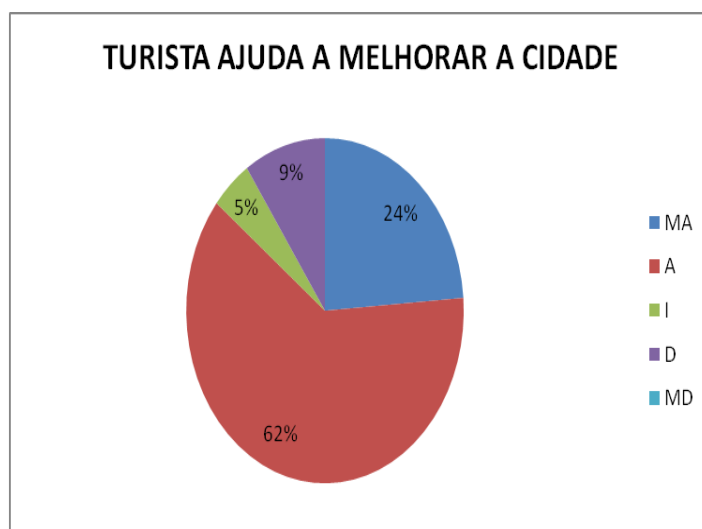


Gráfico 26: Turista Ajuda a Melhorar a Cidade
Fonte: A. B. T. (2011)

QUESTÕES	MA	A	I	D	MD
O município está preparado para receber turistas	0	24%	33%	38%	5%
A presença de turistas incomoda os moradores	0	24%	5%	71%	0
Com o dinheiro que deixa o turista ajuda a melhorar a cidade.	24%	62%	5%	9%	0

Quadro 6: Atendimento ao Turista

Fonte: A.B. T.(2011)

Outra análise considerou agrupamentos que resultassem em efeitos positivos e negativos para a Cidade de Goiás, conforme o teor das questões.

Tabela 1 – Efeitos Positivos e Negativos

EFEITOS POSITIVOS	EFEITOS NEGATIVOS
Melhoria da qualidade do meio ambiente	Poucas oportunidades de empregos e negócios
Coleta de lixo frequente	Não há sinalização turística
Aumento de turistas	Horários de visitação aos museus inadequados
Maiores investimentos na cidade	Desrespeito ao meio ambiente
Não houve aumento de barulho	Poluição por meio do lixo deixado pelos turistas
Melhorou a infraestrutura básica	Despreparo da cidade para receber turistas
Não houve aumento da criminalidade	
Patrimônio conservado	

Fonte: A.B.T (2011).

O agrupamento por itens positivos mais amplos mostrou que a maioria concorda que houve melhoria da qualidade do meio ambiente com a coleta de lixo frequente; aumento de turistas e maiores investimentos na cidade; não houve aumento de barulhos e da criminalidade no município; e ainda, melhorou a infraestrutura básica e o patrimônio está sendo conservado.

Quanto aos itens negativos, percebeu-se que surgiram poucas oportunidades de empregos e negócios na cidade; persiste o desrespeito ao meio ambiente, pois os turistas produzem o lixo que possibilita a poluição das águas e lugares; e, finalmente, o despreparo da população para receber turistas, demonstrado também nos inadequados horários de visitação aos museus. Considerando que o turista viaja mais nos finais de semana e feriados prolongados, neste período os atrativos estão fechados para visitação.

A importância de se avaliar expectativas e obter as percepções nesta pesquisa se reflete na oportunidade de se conhecer atitudes referentes aos sentimentos, favoráveis e desfavoráveis, das pessoas em relação ao objeto. No caso da Cidade de Goiás, observou-se a existência de uma ou mais expectativas no grupo de itens considerados. As expectativas dos empreendedores turísticos puderam ser determinadas por meio desta escala, proporcionando informações úteis e difíceis de serem obtidas de outra maneira.

Outro instrumento que possibilitou maiores conhecimentos sobre a Cidade de Goiás foi a entrevista semiestruturada direcionada aos gestores públicos. Em nível estadual, a Sra. Flávia Rabelo, Diretora do Instituto de Pesquisas Turísticas da Goiás Turismo disponibilizou-se para responder aos questionamentos. O Diretor do Museu e Palácio

Conde dos Arcos, Sr. José Filho também contribuiu com muitas informações relevantes para esta pesquisa.

Quando abordados sobre as medidas estabelecidas pela administração pública local que estabelecem a relação entre as questões do patrimônio e a visitação dos turistas, ficou nítida que a preservação e valorização do patrimônio é a grande estratégia do destino, permitindo a cidade ser Patrimônio da Humanidade, sua maior atratividade para o turismo. Percebeu-se que a governança do turismo por sua vez não é apropriada deste valor cultural. O destino ainda é muito pouco visitado se comparado com sua potencialidade.

No que se refere ao item da interrelação entre os órgãos públicos, a iniciativa privada e a comunidade local na cidade de Goiás, a Diretora do IPTur, da Goiás Turismo, respondeu que existe um arranjo institucional, com a atuação de vários níveis de governo, diocese, irmandades e OVAT. Sendo Goiás um sítio histórico tombado e possuindo um patrimônio imaterial, várias entidades estão envolvidas: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Trânsito, UEG, AGEPEL, Goiás Turismo, Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, ARPHOS, CDL e IPHAN. Quanto ao patrimônio natural, a APA Serra Dourada é assistida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, UFG, fazendas, balneários e SEMARH. No turismo, a interrelação se institucionaliza por meio do Conselho Municipal de Turismo e o Fórum Regional do Ouro. Entretanto, o Diretor do Museu e Palácio Conde dos Arcos foi enfático ao dizer que a comunidade não tem engajamento e representatividade.

Quando abordados sobre quais são impactos causados pelo turismo na Cidade de Goiás, foram unânimes ao responder que a grande questão seriam os moradores, pois a atividade turística ainda não está regulamentada, causando alguns transtornos urbanos em alta temporada. O fluxo de turista ainda é muito pequeno no dia a dia da cidade, apenas no carnaval, semana santa e FICA considera-se alta temporada. Nesses períodos, há um grande esforço da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros na preservação da ordem local. Além de criar instrumentos de gestão para o turismo, a cidade necessita de se posicionar de forma correta no mercado turístico, direcionando ações de promoções e divulgação para seu público alvo, o turista cultural.

Quando perguntados se as políticas públicas voltadas para o turismo da cidade seguem o que é proposto pelo Plano Nacional de Turismo, a Diretora do IPTur foi

contundente ao afirmar que “são poucas as orientações e diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo que são contemplados pelo Plano Nacional de Turismo. Por meio de convênio com a Goiás Turismo, estamos desenvolvendo estudos, pesquisas e o monitoramento dos impactos sócio-econômicos na cidade”.

Quando abordados sobre o motivo de a Cidade de Goiás não ter sido considerada cidade indutora do turismo pelo Ministério do Turismo, Flávia Rabelo respondeu que o destino atualmente não possui força⁵ para ser indutor regional, apesar de já ter sido capital e até hoje ser pólo regional de serviços públicos, como de saúde e educação. Na perspectiva turística, a Cidade de Goiás está inserida na região do Ouro, sendo Pirenópolis a selecionada, por apresentar uma maior capacidade turística. José Filho responsabilizou a gestão pública municipal por a cidade não ter sido escolhida.

⁵ Expressão utilizada para caracterizar o destino indutor do MTur.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aborda a Cidade de Goiás que após o recebimento do título de Patrimônio da Humanidade incorporou o prestígio internacional e desde então vem recebendo mais turistas. O local passou a integrar a lista do patrimônio mundial. Este é um ato internacional de caráter jurídico, técnico e prático que contribui para salvaguardar o patrimônio cultural e ambiental por meio da solidariedade. A questão do patrimônio não pode estar dissociada da questão da vida, da dinâmica do cotidiano. Tornar-se patrimônio da humanidade é estar sob a tutela da UNESCO. Várias são as expectativas dos empreendedores turísticos acerca dos impactos causados na localidade. O incremento do turismo pode ser notado pela população que tem expectativas a propósito desta atividade que proporciona efeitos nem sempre positivos.

As breves considerações iniciais discutem o saber ambiental, o desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade turística da cidade de Goiás, a conservação do patrimônio, a prática do turismo e o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental. Verificou-se que, embora exista independente do turismo, o patrimônio cultural vem sendo incorporado à oferta turística da cidade. Verificou-se, ainda, que as relações do turismo com o patrimônio são estreitas, principalmente na sua inclusão como atrativo e na possibilidade de sua preservação com os recursos econômicos advindos desta atividade. Vários autores referem-se à força do turismo como preservação do patrimônio e dos valores culturais. Estas afirmações são respaldadas pelas diretrizes de organismos internacionais que, nas convenções e acordos, já consideram essa finalidade do turismo.

O estudo sobre o patrimônio e as bases econômicas revela uma cidade de pequeno porte, com aproximadamente 24.727 habitantes que vivem, basicamente, da pecuária, da indústria de transformação e do turismo. As características geográficas mais significativas são aquelas referentes ao sítio onde se instalou o núcleo urbano e a posição. Verificou-se que na Cidade de Goiás as condições exíguas do sítio localizado entre serras foram obstáculos à expansão urbana. Além disso, embora, no passado, a cidade tenha se beneficiado do caminho para Goiás, permaneceu à margem do desenvolvimento que se processou no centro-oeste brasileiro, nos séculos XIX e XX, desta vez, comandado pelas rodovias. Assim, se no passado, a posição foi positiva para a comunicação com outras por

meio do Caminho de Goiás e, num outro momento, deixou-a a margem do progresso, atualmente o acesso é positivo, pois se reflete na chegada de turistas, principalmente vindos de centros emissores regionais, como Brasília e Goiânia.

A análise das informações obtidas mostra que a origem e a ocupação da Cidade de Goiás estão ligadas ao contexto regional. Ao povoamento do centro-oeste brasileiro, principalmente à mineração, deve a Cidade de Goiás sua origem. Porém, foi a relativa importância que adquiriu como capital da antiga Província de Goiás que lhe garantiu o patrimônio que recebeu o título de Patrimônio da Humanidade.

Nesta pesquisa, o patrimônio cultural urbano foi segmentado em três períodos: colonial, imperial e republicano. Esta categorização conduziu a uma série de características predominantes em cada momento. No período colonial, predominaram edificações militares, religiosas e de serviços públicos. O período imperial resultou em obras públicas, enquanto que no período republicano, as edificações isoladas.

O estudo da evolução do espaço urbano, da distribuição das edificações e dos períodos em que foram construídos foi relevante para destacar a presença do patrimônio histórico e cultural, mas não explicava a preservação deste conjunto de bens. Verificou-se que a posição periférica ao desenvolvimento do centro-oeste brasileiro que a cidade passou a ocupar após a mudança da capital do Estado para Goiânia e as questões políticas retardaram a expansão urbana da pequena cidade e, conseqüentemente, contribuíram para preservar o patrimônio arquitetônico. A especulação imobiliária, tão comum em cidades do período colonial que precisam de espaços para a expansão urbana, não aconteceu na antiga Vila Boa. Assim, seu centro histórico ficou preservado.

No item que analisa a realidade do patrimônio edificado, verificou-se que este relativo isolamento permitiu que esse patrimônio fosse preservado, possibilitando o reconhecimento internacional e criando expectativas nos empreendedores turísticos e gestores públicos.

A parte referente às expectativas dos empreendedores turísticos locais revelou aspectos interessantes, alguns óbvios e outros, pouco conhecidos, que podem contribuir para subsidiar algumas ações públicas locais.

A pesquisa mostrou que o crescimento do turismo é uma realidade e que se deve ao título recebido pela UNESCO. Contraditoriamente, os dados mostram que os

empreendedores turísticos apontaram que após o recebimento do título, a cidade não teve no turismo grandes oportunidades de negócios, como fonte geradora de emprego e renda.

A maioria acredita que a cidade não está preparada para receber turistas, mas verificou-se que a responsabilidade pelo desenvolvimento turístico é dividida entre o poder público municipal, os empresários, a comunidade e, além disso, acreditam na participação de organismos internacionais. A colocação deste último agente, sem dúvida, está ligada a situação singular da Cidade de Goiás. Muito significativa é a atribuição de responsabilidades ao turista, o que, de certo modo, se enquadra nas propostas atuais de conscientização do turismo, conforme verificado nas ações do FICA. A responsabilidade do turista não se resume ao zelo pelo patrimônio, mas incluem opiniões sobre o turismo na localidade.

Os efeitos do turismo podem ser percebidos na poluição ambiental e social que o turismo traz. As opiniões se dividem sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar ao meio ambiente.

A análise das expectativas mostra que, embora interessados nos lucros que o turismo vem trazendo, os empresários estão preocupados com a qualidade de vida que poderá sofrer alterações. Os efeitos negativos como a poluição sonora, ambiental e visual refletem expectativas negativas e merecem tratamento adequado para uma gestão adequada, visando manter a qualidade de vida da população, tornar o turismo um aliado do desenvolvimento sócio ambiental e da preservação dos bens culturais.

Finalmente, espera-se que este trabalho possa contribuir para o entendimento de pequenas cidades dotadas de atrativos culturais que, num certo momento, são alcançadas pelo turismo e podem ser transformadas por meio de políticas públicas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- AMERICANO DO BRASIL, Antônio. **Pela história de Goiás**. Goiânia: UFG, 1980.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ARENDIT, Ednílson José. **Introdução à economia do turismo**. 2 ed. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- AZEVEDO, Júlia. Turismo, cultura, patrimônio. In: COROLIANO, Luzia (Org). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.
- BARREIRA, Irllys Alencar F. **A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n.9, jan/jun 2003, p. 314 – 339.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. 2 vol. Rio de Janeiro: Record, 1983.
- BELLEN, Hans Michel Van. Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In: _____. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- BERNARDES, Genilda D`arc; SILVA, Sandro Dutra e. Cidades ladrilhadas do oeste: experiências urbanas em Goiás – Goiânia e Ceres no contexto da era Vargas (1930-1945). In: GANDARA, Gercinair Silvério (Org.). **Rios e Cidades...olhares da história e meio ambiente**. Goiânia: Ed. da PUC, 2010.
- BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.
- _____. **Notícia geral da capitania de Goiás**. Goiânia/Brasília: UCG/UFG/Solo, 1997.
- BRASIL. **Constituição do Brasil (1988)**. 2 ed. Brasília: Horizonte Editora, 1988.
- BRASIL. **Políticas de turismo: diretrizes operacionais**. Programa de Regionalização do Turismo, Brasília 2004. MTUR.
- BUCHO, Domingos Almeida. Turismo e patrimônio: que relação? In: PINTASSILGO, Joaquim (Org). **Turismo: horizontes alternativos**. Lisboa: Colibri, 1998.

CAMPOS, Francisco Itami: uma estratégia de poder. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org). **Goiânia: cidade pensada**. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

CARVALHO, Izabela. Compensação ambiental dos impactos do FICA. **Clube de notícias**, Goiânia, ano XIV, n.286, maio de 2010.

_____. Goiás, forma de ocupação: "...uma população sem terra, numa terra despovoada...". **Revista Sociedade e Cultura**, 1 (1), 71-80, jan/jun.1998.

CHAIM, Marivone Matos. **Sociedade colonial: Goiás 1749-1822**. 2 ed. Goiânia: Secretaria de Cultura de Goiás, 1987.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Ed. 70, 1999.

COELHO, Gustavo Neiva. **Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano**. Goiânia: Editora UCG, 1998.

_____. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**. Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 3 ed. Goiânia: UFG, 1985.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

CUNHA, Licínio. **Economia e política do turismo**. Portugal: Mc Graw Hill, 1997.

DOMINGUES, Celestino M. **Dicionário técnico de turismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge. **Patrimônio: comunicação, políticas e práticas culturais**. Lisboa: Veja, 1999.

FEILDEN, Bernard M. **Os princípios da conservação**. O Correio da UNESCO, maio 1981, p.27.

FICA. Disponível em <http://www.fica.art.br/>, acessado em 13 jan. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: URFJ/IPHAN, 1997.

GLOBE'90. **Tourism Stream and Action Committee. An action strategy for sustainable tourism development**. Vancouver/BC - EUA, 1990.

GOIÁS TURISMO. Disponível em [http://: www.goiasturismo.go.gov.br/](http://www.goiasturismo.go.gov.br/), acessado em 30 jan. 2011.

GOMES, Modesto. **Estudos de história de Goiás**. Goiânia: Gráfica do Livro Goiano, 1974.

GUMARÃES, Roberto P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: DINIZ, Nilo; SILVA, Marina; VIANA, Gilney (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GUIMARÃES, Virgínia R. **Vila Boa**. Goiânia: Secretaria de Estado da Cultura e Desporto, 1986.

IBGE. Disponível em [http://: www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 12.fev.2011.

LEFF, Enrique. Interdisciplinaridade, ambiente e desenvolvimento sustentável. In: _____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora: 2007.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6 ed. São Paulo: Vozes, 2008.

LEVY-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LIMA, Maria Teresa Araújo de; GÓMEZ, Carla Regina Pasa; CASTILLO, Leonardo Augusto Gómez. **Cenários da sustentabilidade**: uma ferramenta para inserção do desenvolvimento na estratégia empresarial. SIMPOI: Anais, 2008.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. **Goiaz coração do Brasil**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1983.

OMT. **Lo que todo gestor turístico debe saber**: guía práctica para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible. Madrid: OMT, 1995.

_____. **Seguridad en turismo**: medidas prácticas para los turistas. Madrid: OMT, 1997.

_____. **Estudios y perspectivas en turismo**. Madrid: OMT, 2000.

_____. **Código mundial de ética e turismo**. Madrid: OMT, 1999.

PALACIN, Luiz. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

_____. **Sociedade colonial**. Goiânia: UFG, 1981.

PARENT, Michel. **O conceito de herança mundial**. São Paulo; O Correio da Unesco, Outubro, 1988, p.32-36.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, Vol.26, n.51, São Paulo, Jan./June, 2006.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. **Turismo cultural em Tiradentes**: estudo de metodologia aplicada. São Paulo: Manole, 2000.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. Barueri, SP: Manole, 1999.

_____. Levantamento de atrativos históricos em turismo: uma proposta metodológica. In: LAGE, Beatriz H. G. Ee MILONE, Paulo (Org). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000, p. 109-116.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. O Eldorado do Brasil Central: história ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. In: **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

RODRIGUES, Adyr. Balastrieri (Org) **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasil, Rio de Janeiro: MINC/SPHAN, nº24, 1996, p.195-203.

_____. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: _____. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social – métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de Goiás**. Rio de Janeiro: Itatiaia Editora, 1975.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do turismo**. São Paulo: Papirus, 2001.

SEPLAN/SEPIN. Disponível em [http://: www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim), em 01.fev.2011.

SERSOCIMA, Eliana. Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994). 1995. Dissertação apresentada ao programa de mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, UFGO, 1995.

TOMLJENOVIC, Renata e FAUKNER, Bill. **Turismo y residentes de tercera edad en un costa Del sol**. In: Annals of Tourism Research en Español. Vol.2 n.1, 2000, p. 22-46.

TRIGO, Luiz Gonzaga. **Turismo e qualidade: tendências contemporâneas**. 5 ed. Campinas-SP, 1993. (Coleção Turismo)

URRY, Jonh. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 1996.

VARINE-BOHAN, Hügues. **Patrimônio Cultural: a experiência internacional – Notas de aula**. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

VIEIRA, Débora Dutra. Patrimônio cultural e a memória da metrópole: requalificação urbana e lazer no Brasil. 2000. Dissertação apresentada no programa de mestrado em Turismo: Planejamento e Gestão Ambiental e Cultural da UNIBERO. São Paulo: UNIBERO, 2000.

YAZIGI, Eduardo et al. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO EMPREENDEDOR

A partir do momento que a Cidade de Goiás recebeu o título de Patrimônio da Humanidade, o número de turistas aumentou. Faça um (X) na alternativa que melhor representa seu acordo ou desacordo com a atitude e expectativa expressa em cada item. Sua opinião é muito importante. Obrigada.

MA – Muito de acordo

A – Acordo

I - Indeciso

D – Desacordo

MD – Muito Desacordo

1. Houve um aumento de oportunidades de empregos e de negócios.

MA A I D MD

2. O patrimônio está sendo conservado.

MA A I D MD

3. As pessoas respeitam o meio ambiente.

MA A I D MD

4. Houve melhoria da qualidade do meio ambiente.

MA A I D MD

5. O esgoto, o abastecimento de água e de energia elétrica tem melhorado.

MA A I D MD

6. Os turistas influem no modo de vida das pessoas.

MA A I D MD

7. Os investimentos na economia local foram maiores.

MA A I D MD

8. Aumentaram os assaltos, roubos, prostituição, drogas e crimes em geral.

MA A I D MD

9. O barulho na cidade tornou-se maior.

MA A I D MD

10. O lixo deixado pelo turista polui águas e os lugares.

MA A I D MD

11. A coleta de lixo tornou-se freqüente.

MA A I D MD

12. O empresariado deve respeitar o turista.

MA A I D MD

13. A comunidade deve atender bem o turista.

MA A I D MD

14. Não há placas indicativas para orientar o turista.

MA A I D MD

15. O empresariado deve capacitar a mão de obra local.

MA A I D MD

16. A comunidade deve zelar pelos atrativos.

MA A I D MD

17. O governo municipal deve instalar postos de informações turísticas.

MA A I D MD

18. Os turistas reclamam dos horários de visitas dos museus.

MA A I D MD

19. O município está preparado para receber turistas.

MA A I D MD

20. A presença de turistas incomoda os moradores.

MA A I D MD

21. Com o dinheiro que deixa, o turista ajuda a melhorar a cidade.

MA A I D MD

22. O turista é bem-vindo à cidade de Goiás.

MA A I D MD

23. É responsável pelo turismo:

a) O governo municipal.

MA A I D MD

b) O empresariado.

MA A I D MD

c) A comunidade.

MA A I D MD

d) Os organismos internacionais.

MA A I D MD

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA GESTORES PÚBLICOS

1. Quais as medidas estabelecidas pela administração pública local que estabelecem a relação entre as questões do patrimônio e a visitação dos turistas?
2. Como se dá a interrelação entre os órgãos públicos, a iniciativa privada e a comunidade local na Cidade de Goiás?
3. Quais os impactos causados pelo turismo na Cidade de Goiás?
4. As políticas públicas voltadas para o turismo da Cidade de Goiás seguem o que é proposto pelo Plano Nacional de Turismo?
5. No seu entendimento, por que Goiás não foi considerada cidade indutora do turismo pelo Ministério do Turismo?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não participará da pesquisa e não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Sustentabilidade Turística da Cidade de Goiás: expectativas e percepções dos empreendedores e gestores turísticos locais.

Pesquisador Responsável: Sandro Dutra e Silva 9090 (99547104)

Pesquisadores participantes: Ana Beatriz Teixeira 9090 (9972-4956/3275-8043)

CEP – UniEVANGÉLICA – 3310 6736 – caso o sujeito se sinta lesado ou prejudicado.

-O objetivo desta pesquisa é Conhecer as expectativas e percepções dos empreendedores turísticos locais, tendo em vista as políticas públicas do turismo nacional e a implementação de um turismo sustentável e de valorização do patrimônio cultural e ambiental da cidade de Goiás.

- Será realizada uma pesquisa de campo, por meio de um questionário estruturado com base na Escala Likert. Em uma Escala Likert, os entrevistados escolhem uma das alternativas seguintes: (MA) muito de acordo, (A) acordo, (I) indeciso, (D) em desacordo, (MD) muito em desacordo. Numa pontuação que varia de 1 a 5 pontos, os itens positivos recebem uma pontuação maior, ao contrário dos itens negativos que obtêm uma pontuação menor.

- O universo da pesquisa compreenderá entre os quarenta e dois (42) empreendedores turísticos da cidade de Goiás que possuem empresas com atividades de hospedagem (14), agenciamento (01), eventos (01), bares e restaurantes (17) e lojas de artesanatos (09) no centro Histórico da cidade, onde será realizada a presente pesquisa. Será utilizada a amostragem não probabilística, por não apresentar fundamentação matemática ou estatística, dependendo, unicamente, de critérios estabelecidos pelo pesquisador.

- Na pesquisa serão incluídos os sujeitos que possuem empresa constituída, legalmente, há pelo menos seis meses, no centro histórico da cidade. Serão excluídos da amostra de 21 empreendedores turísticos locais, aqueles que: por quaisquer motivos sintam-se constrangidas ao serem abordadas para participarem desta pesquisa; não possuem empresas no centro histórico da cidade de Goiás.

-Serão, ainda, abordados o Secretário Municipal de Turismo e o Presidente do Conselho Municipal de Turismo.

-Os sujeitos desta pesquisa serão abordados nos seus empreendimentos ou na organização, na cidade de Goiás, em horário comercial. O pesquisador explicará detalhadamente aos sujeitos quanto aos riscos e benefícios em participar desta pesquisa acadêmica. Os sujeitos que concordarem em participar, receberão o documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido composto por duas vias. A primeira via será entregue ao sujeito e a segunda, após preenchida e assinada pelo mesmo, ficará sob a guarda do pesquisador-responsável por cinco anos. Ao final deste prazo estes documentos serão incinerados. Os sujeitos participantes apenas se identificarão no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e em hipótese alguma no questionário da pesquisa, impossibilitando assim identificar qual foi a resposta que cada participante elaborou. Desta forma, assegura-se a liberdade aos respondentes em participar ou não da pesquisa. Após coletados, os dados serão analisados de maneira qualitativa e quantitativa, para que possibilite fornecimento de respostas ao problema proposto, e num sentido mais amplo, se compare as respostas obtidas nos questionários com a bibliografia pesquisada no referencial teórico e também com as observações coletadas na localidade. As informações coletadas e tabuladas pelo questionário serão utilizadas para fins acadêmicos sob a forma de Dissertação de Mestrado, garantindo assim, o sigilo absoluto dos respondentes. Após a utilização as mesmas serão guardadas por um período de cinco anos.

-A pesquisa poderá acarretar os seguintes riscos/desconfortos: a) irritação por parte dos sujeitos, visto que estes podem estar apressados ou impacientes; Em hipótese alguma serão divulgados os

nomes dos sujeitos participantes. A qualquer momento, durante a realização da pesquisa, os sujeitos participantes poderão se manifestar solicitando o cancelamento ou exclusão de sua participação.

-A presente pesquisa se realizada nos parâmetros aqui descritos e após aprovação e recomendação do CEP, trará aos sujeitos participantes e à pesquisadora concedente, os seguintes benefícios: a) Apresentação de uma Dissertação de Mestrado que buscará oferecer subsídios para ações públicas pontuais no que se refere ao desenvolvimento turístico e a preservação do patrimônio cultural e ambiental; b) Conhecer realmente quais são as expectativas e percepção dos empreendedores e gestores turísticos da cidade de Goiás; c) Contribuição no crescimento e consolidação da pesquisa da UniEVANGÉLICA Centro Universitário, e em específico, na formação acadêmica da pesquisadora envolvida neste projeto.

Anápolis, ____ de _____ de 20 __,

Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG (ou Prontuário) n° _____, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como sujeito. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Ana Beatriz Teixeira sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP-UniEVANGÉLICA (fone 3310 6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma cópia deste documento.

Anápolis, ____ de _____ de 20 __,

Assinatura do sujeito.

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____